



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Caratinga

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	11
2	Metodologia	16
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	16
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	25
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	25
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Caratinga	27
3.1	Caracterização Geral	27
3.2	Análise Temática	37
3.3	Diagnóstico de Comunidades Rurais Próximas ao Rio Doce	112
3.4	Clipping de Notícias	115
3.5	Textos Acadêmicos	121
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	125
4.1	Turismo	125
4.2	Cultura	125
4.3	Esporte e Lazer	126
5	Avaliação de Impactos	130
5.1	Metodologia	130
5.2	Resultado	150
6	Créditos e Referências	160
	Entrevistados no município	160

Equipe técnica	160
Referências	164

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	22
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	23
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	23
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce	24
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	24
Figura 6 Mapa de localização município de Caratinga	32
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Caratinga	41
Figura 8 Pedra Itaúna	77
Figura 9 – Elementos constitutivos dos sistemas de cultura	79
Figura 10 Palácio Episcopal	90
Figura 11 Corporação Musical Santa Cecília	91
Figura 12 Coral São João Batista	92
Figura 13 Grupo Abadá Capoeira Caratinga	93
Figura 14 Grupo Abadá Capoeira Caratinga	93
Figura 15 Grupo Teatral Senhor Bom Jesus	94
Figura 16 Cineclube Bodega	95
Figura 17 Sessão do Dia Internacional da Animação, realizado pelo Cineclube Maria Sena, 2014	95

Figura 18 Cineclube Maria Sena	96
Figura 19 Caricatura de Ruy Castro	98
Figura 20 Praça Cesário Alvim	111
Figura 21 Escultura O Menino Maluquinho.....	112
Figura 22 Mapa de localização da comunidade Ilha do Rio Doce	113
Figura 23 Vista aérea da Ilha do Rio Doce com destaque para o rio Doce, em Caratinga	114
<i>Figura 24 Vista aérea da Ilha do Rio Doce, em Caratinga.....</i>	114
Figura 25 Ponte metálica sobre o rio Doce, na divisa dos municípios de Santana do Paraíso e Caratinga	117
Figura 26 5º Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce realizado em Caratinga (MG)	118
Figura 27 Nuvem de termos referente ao clipping de Caratinga	120
Figura 28 Modelo de Gráfico de Radar	135
Figura 29 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	136
Figura 30 Classificação da Significância de Impactos	137

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Caratinga	36
Gráfico 2 Impactos na imagem do município.....	151
Gráfico 3 Impacto econômico sobre o setor da cultura	152
Gráfico 4 Impacto sobre a comunidade.....	153
Gráfico 5 Impacto em atividades de esporte e lazer.....	155
Gráfico 6 Impacto na paisagem.....	156

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	19
Tabela 2 Taxa de urbanização - Caratinga e Minas Gerais (%).....	29
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Caratinga e Minas Gerais ...	30
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Caratinga e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010).....	34
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) - Caratinga e Minas Gerais (2010 – 2013).....	35
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)	37
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Caratinga	39
Tabela 8 Meios de hospedagem	51
Tabela 9 Equipamentos de alimentos e bebidas	56
Tabela 10 Serviços de transporte.....	71
Tabela 11 Locais e templos de fé/edificações	72
Tabela 12 Orçamento municipal: despesas realizadas segundo a função Cultura – Caratinga (2014 e 2015).....	83
Tabela 13 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Caratinga (2013-2017)	85

Tabela 14 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Caratinga (2014-2016).....	85
Tabela 15 Museus, galerias e demais espaços expositivos	87
Tabela 16 Arquivo público/documentação/biblioteca.....	89
Tabela 17 Folia de Reis em Caratinga e cartaz de divulgação da Folia de Reis São João de Jacutinga	93
Tabela 18 Espaços/equipamentos esporte e lazer.....	108
Tabela 19 Clipping de notícias do município de Caratinga.....	115
Tabela 20 Síntese de citações	122
Tabela 21 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	131
Tabela 22 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	133
Tabela 23 Planilha de Identificação dos impactos ambientais.....	157
Tabela 24 Listagem de participantes de reunião institucional em Caratinga	160
Tabela 25 Equipe Técnica	160

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMPAC: Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de Caratinga

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Caratinga, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Caratinga aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Caratinga/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Caratinga. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que, embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles: Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; Síntese dos Diagnósticos, além de um vídeo que apresenta os principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios da área de interesse que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;

- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que, com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o

conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁵. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁵ O *TapSee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Caratinga

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

O desbravamento da região onde atualmente está localizada a cidade de Caratinga pode ser atribuído a Domingos Fernandes de Lara, natural de Viçosa. O pioneiro chegou à localidade acompanhado de amigos, serviçais, escravos e índios catequizados, procurando poaia, abundante na região e de alto valor de revenda (IBGE, 2016).

Com a disseminação de notícias sobre as riquezas da região, posseiros chegaram ao local, surgindo, assim, um povoado cujo desenvolvimento levou à criação de um distrito em junho de 1848. Em 1873, o distrito transformou-se em paróquia, tornando-se autônomo de Manhuaçu em 1890. Devido à sua localização privilegiada, Caratinga foi importante para o povoamento da região que se estende na direção norte do rio Doce (IBGE, 2016).

A formação administrativa de Caratinga em freguesia se deu pela Lei Provincial nº 2.027 de 1º de dezembro de 1873, desmembrando-se de Manhuaçu pelo Decreto Estadual nº 16, de 6 de fevereiro de 1890. Em 14 de setembro de 1891, foi editada Lei Estadual nº 2, confirmando a criação do distrito-sede de Caratinga. Já em 24 de maio de 1892, a vila foi tornada cidade (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

A área na qual Caratinga está situada corresponde a 1258.660 Km², pertencendo à Mesorregião Rio Doce e à Microrregião de Caratinga (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 21,2° C.

Seus municípios limítrofes são: Inhapim, Imbé de Minas, Piedade de Caratinga, Ubaporanga, Iapu, Ibapa, Santana do Paraíso, Ipatinga, Timóteo, Bom Jesus do Galho, Vargem Alegre,

Entre Folhas, Raul Soares, Santa Rita de Minas, Santa Bárbara do Leste, Simonésia, Ipanema. Os distritos de Caratinga são Cordeiro de Minas, Dom Lara, Dom Modesto, Patrocínio de Caratinga, Santa Efigênia de Caratinga, Santa Luzia de Caratinga, Santo Antônio do Manhuaçu, Sapucaia, São Cândido e São João do Jacutinga (IBGE, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, a população de Caratinga em 2016 era de 91.342 mil habitantes e sua densidade demográfica de 67,72 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Caratinga foi de 0,5%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município registrou 0,92%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se que os valores tecnicamente não se diferem (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 80,14%, em 2000, ascendeu em 10 anos, passando para 82,68%, em 2010. Taxa semelhante pode ser observada em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016). Desse modo, verifica-se que Caratinga é um município predominantemente urbano, tal qual a média dos municípios mineiros.

Tabela 2 Taxa de urbanização - Caratinga e Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Caratinga	População urbana	68,28	80,14	82,68
	População rural	31,72	19,86	17,32
Minas Gerais				
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Caratinga era composta por 48,89% de homens e 51,11% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, sendo, portanto, os valores do município e do estado tecnicamente iguais (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Caratinga, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 27,4%, em 1991, para 11,88%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (10,24%, em 1991, para 16,78%, em 2010), por sua vez, é próximo ao encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Ademais, observa-se que, em 2010, 8,91% da população de Caratinga possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Caratinga possuem maior escolaridade. Destaca-se, assim, que o percentual da população que completou mais anos de estudo se aproxima da média dos municípios mineiros.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁶, observa-se que em Caratinga, no ano 2000, a razão de dependência foi de 54,09%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 47,02%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 8,65% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Caratinga e Minas Gerais

		1991	2000	2010
Caratinga	Razão de dependência	65,75%	54,09%	47,02%
	Taxa de envelhecimento	5,46%	6,91%	8,65%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, não haver diferenças significativas entre os valores atribuídos a Caratinga e ao estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

⁶ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O principal acesso à Caratinga se dá pela via terrestre. O município conta com o Terminal Rodoviário Carlos Alberto de Mattos⁷, cuja administração é privada e encontrando-se em bom estado de conservação.

Caratinga é atendida pela BR-116 e pela MG-820, situando-se a 295 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ipatinga (95 Km) e Governador Valadares (90 Km). O transporte intermunicipal é realizado principalmente pela empresa Viação Rio Doce (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

Já o acesso ao meio ferroviário se dá por meio de estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que, por sua vez, localiza-se em Ipatinga. Quanto ao transporte aéreo, o Aeroporto da USIMINAS, também em Ipatinga, constitui-se na opção mais próxima (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Caratinga conta com as empresas Vivo e Claro como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis. O município possui apenas uma rádio.

A Figura 6 abaixo aponta à localização e, as principais vias de acesso ao município de Caratinga.

⁷ Endereço: Praça Francisco Moreira de Carvalho nº 666, bairro Limoeiro. CEP: 35300 -000; Contato: (33) 3329.8096.

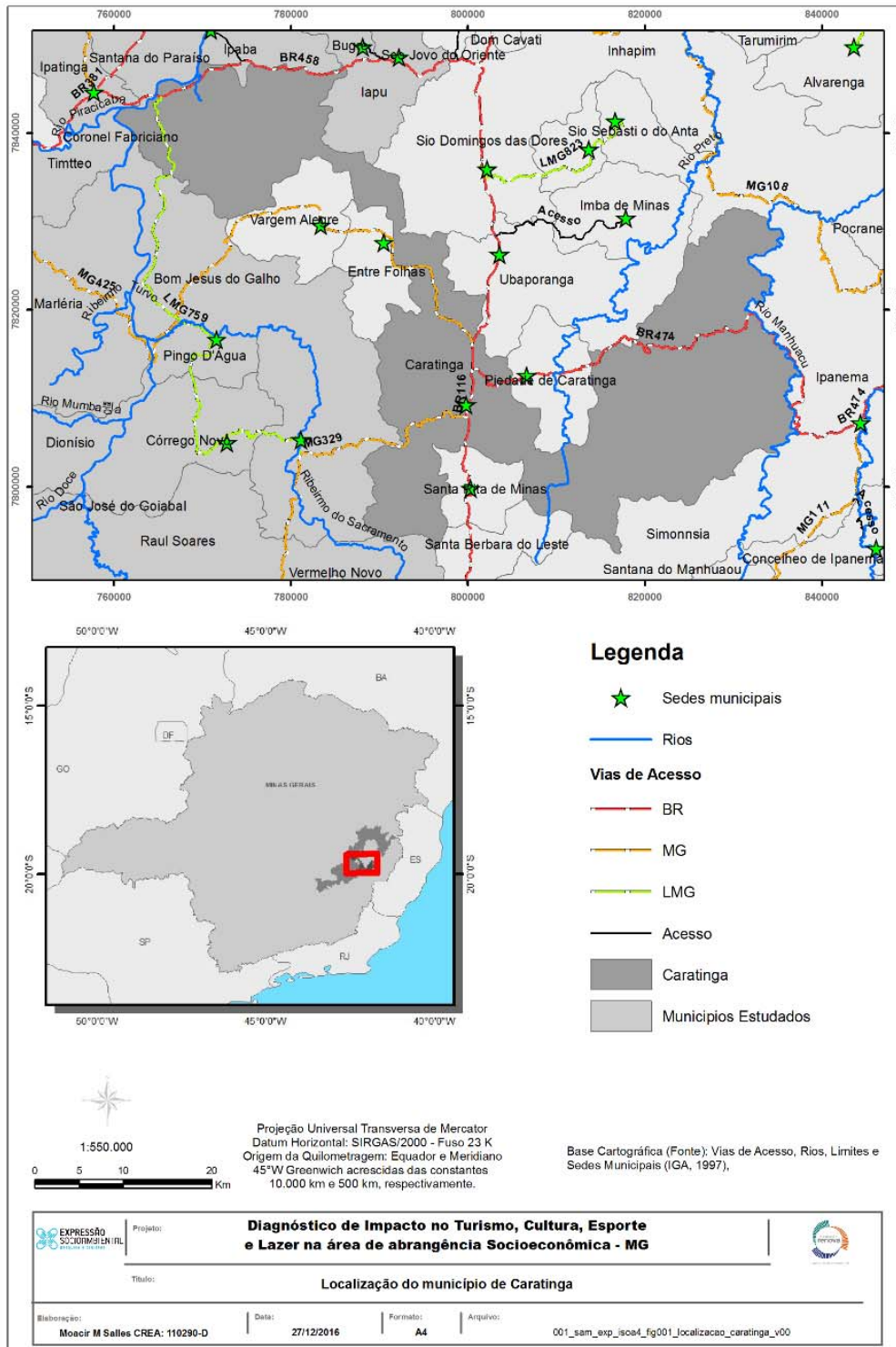


Figura 6 Mapa de localização município de Caratinga

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Caratinga, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,264 do IDHM total, 0,148 do IDHM longevidade, 0,130 no IDHM renda e 0,382 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Caratinga e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Caratinga	0,442	0,606	0,706	0,688	0,751	0,836	0,567	0,659	0,697	0,221	0,450	0,603
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Caratinga foi de 0,706 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,221 para 0,603. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,836 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se tecnicamente no mesmo patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Caratinga manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Caratinga, é possível identificar que o PIB do município apresentou acentuado declínio no período de 2011 a 2013, passando de 16,4%, entre 2010 e 2011, para -5,8%, entre 2011 e 2012. Já entre 2012 e 2013, verificou-se crescimento de 4,9% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 15,5% no período 2011-2013, sendo esta expressivamente superior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Caratinga cresceu significativamente mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) - Caratinga e Minas Gerais (2010 – 2013)

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Caratinga	1.410.555	16,4	1.329.241	-5,8	1.394.121	4,9
Minas Gerais	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua baixa evolução no período, sendo de R\$14.200,00, em 2010, e R\$15.563,00, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135), embora não de modo significativo (PRÁXIS, 2016).

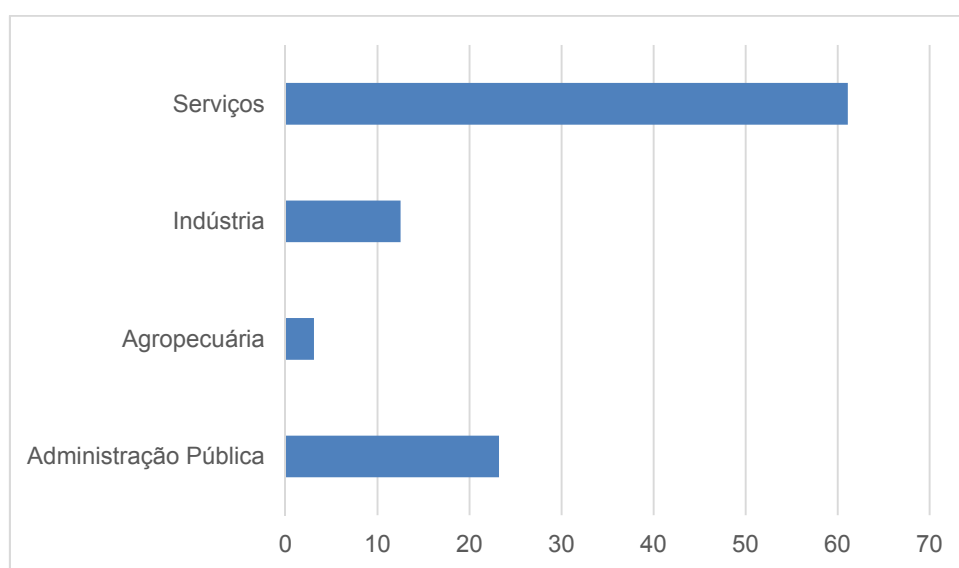
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Caratinga encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 23,2% e 61,1%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública. Cabe ressaltar, ainda, os altos valores atribuídos ao setor de serviços no estado e, sobretudo, no município.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Caratinga



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 12,5% e 3,1%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Observa-se, portanto, diferença significativa, sobretudo naquilo que se refere ao setor industrial (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Caratinga possuía 20.566 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 24.010 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Caratinga	20.566	24.010
Minas Gerais	5.058.328	6.806.149

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 614 empregos em 161 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, empregava 1,48 mil pessoas em 117 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 2,37 mil pessoas em 5 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que Caratinga conta com Plano Diretor (Lei Municipal nº 3.025/2007) e Lei de Uso e Ocupação do Solo, promulgada em 1987.

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao

município de Caratinga. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁸. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Caratinga para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Caratinga, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar no município bens, serviços e atrativos, conforme apresentado na Tabela 7, a seguir.

⁸ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Caratinga

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	51
Equipamento de hospedagem	12
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	23
Transporte	4
Locais/templos de manifestação de fé	10
Serviços e equipamentos para eventos	0
Outro serviço e equipamento turístico	2
Equipamentos Culturais	46
Meios de Comunicação	13
Equipamentos Culturais	33
Equipamentos de Esporte e Lazer	6
Equipamentos de Esporte e Lazer	6
Atrativos	18
Atrativo natural	4
Atrativo cultural	14
Diversidade Cultural	8
Grupos Culturais	3
Calendário Cultural	4
Gastronomia	1
Total	129

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.



Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Caratinga

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais sobre o setor de turismo dispõem que os municípios necessitam de um aparato institucional para constituir seu sistema de turismo, dispondo de órgão específico para o setor, Conselho, Fundo e Plano de turismo, além de participar do Programa de Regionalização e do ICMS turístico, este último prerrogativa específica do estado de Minas Gerais.

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), avalia, entre outras variáveis, a “Organização Turística do Município”⁹. Este indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030, Caratinga ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época, apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas.

Tal cenário, porém, alterou-se, verificando-se que atualmente o município possui órgão específico para a gestão da política de turismo, o Departamento de Turismo, subordinado à Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico, conforme diretriz da Política Municipal de Turismo (Lei nº 3.200/2010).

Segundo o gestor público entrevistado, Caratinga também possui Plano Municipal de Turismo (PMT), que é a principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da política do setor no município. De acordo com ele, à época do levantamento de dados em campo – em novembro e dezembro de 2016 –, o PMT estava em processo de elaboração, sendo a participação da sociedade civil representada pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e Comissão Específica, em conferência e oficinas de trabalho.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o PMT possui horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, devendo ser reelaborado a partir de mudanças no cenário municipal, a fim de garantir as estratégias de atuação para a implementação da Política Municipal de Turismo.

⁹ O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

Ainda conforme a SETUR/MG (2014), o PMT possui como finalidades:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

Já a Política Municipal de Turismo de Caratinga, instituída pela Lei nº 3.200 de 2010, traça diretrizes para o desenvolvimento do setor. Segundo o Art. 1º desta Lei, o turismo “contribui para o bem-estar econômico do município, através da criação de empregos e da geração de renda”; e “constitui um instrumento educacional que auxilia, do mesmo modo, os visitantes e os residentes a aprenderem sobre a história, os recursos naturais e culturais e as conquistas econômicas do município”. O referido Artigo estabelece, ainda, que “o turismo para o Município de Caratinga deve ser desenvolvido de forma ordenada, a fim de oferecer o máximo de benefícios ao município e aos seus residentes”. No entanto, a Lei não estabelece diretrizes sobre a elaboração e instituição do Plano de Turismo, somente menciona que é necessário “Desenvolver um plano abrangente para promover o turismo no município” (Art. 3º, parágrafo único - IV, Lei nº 3.200 de 2010).

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município possui Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, principal mecanismo de participação e controle social na política setorial de turismo, instituído por meio da Lei nº 2.378 de 1997, posteriormente alterada pela Lei nº 2.877 de 2005. Segundo o gestor público entrevistado, o COMTUR é deliberativo, paritário e encontra-se ativo. Sua composição é prevista no Art.3º desta Lei, conforme o exposto:

Art. 3º – O Conselho Municipal de Caratinga será composto por 16 (dezesesseis) membros e respeitada a paridade entre governo e sociedade, terá a seguinte composição:

I - Representantes Governamentais:

- a) Secretário Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico;
- b) Representante da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura;
- c) Representante da Secretaria Municipal de agricultura e Abastecimento;
- d) Representante da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento;
- e) Representante da Secretária Municipal de Serviços Urbanos, Transporte e Meio Ambiente;
- f) Representante da Secretária Municipal de Obras Públicas;
- g) Diretor do Departamento de Fomento ao Turismo e Promoções;
- h) Diretor do Departamento de Cultura.

II – Representantes da Sociedade Civil:

- a) Representante da UNEC;
- b) Representante da FATUR;
- c) Representante das ONGs com atuação na área rural;
- d) Representante da ACIC;
- e) Representante da CDL;
- f) Representante do setor Hoteleiro;

g) Representante do setor de Restaurantes e Lanchonetes;

h) Representante do corpo discente da FATUR.

Segundo a SETUR/MG (2014), o COMTUR é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

Conforme anteriormente exposto, o município vem adotando procedimentos de diálogo com a sociedade civil no processo de elaboração das políticas públicas de turismo. Exemplo disso é a constituição de comissão específica e a realização de oficinas de trabalho e conferência, no processo de elaboração do Plano Municipal de Turismo.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A Fundação João Pinheiro mediu o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo¹⁰”. “Em 2013, os gastos orçamentários de Caratinga na subfunção Turismo representaram 0,4% do total do orçamento municipal e, em 2009, 0%”. (FJP, 2013).

O município possui Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, instituído pela Lei nº 2.877 de 2005. O Fundo é gerido, operacionalmente, pela Secretaria Municipal de Turismo e

10 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo (FJP, 2013).

Desenvolvimento Econômico, sob a fiscalização do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

As fontes legalmente previstas para aporte de recursos financeiros no FUMTUR são:

- Dotações anualmente consignadas no orçamento municipal;
- Transferências de recursos, mediante convênios ou ajustes com entidades de direito público interno ou organismos privados, nacionais e internacionais;
- Doações e recursos de qualquer natureza de pessoas físicas ou jurídicas;
- Taxas de licenças provenientes de feiras itinerantes, de eventos e de shows e espetáculos realizados no Município de Caratinga;
- Transferências de recursos provenientes da União, estado ou de outras entidades públicas ou privadas, vinculadas ao turismo;
- Rendimentos e juros, resultantes de aplicações de recursos do FUMTUR, autorizadas em lei.

Conforme previsto no Art. 9º da Lei nº 2.877 de 2005, “os recursos do FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO deverão estar em consonância com as diretrizes do Plano Municipal de Turismo e deverão ser aplicadas no (a):

I – diagnóstico e divulgação das potencialidades turísticas do Município;

II – apoio e promoção de eventos culturais, artísticos, esportivos e sociais que contribuam para o desenvolvimento do turismo no Município;

III – manutenção das atividades e da infraestrutura do Conselho Municipal de turismo;

IV – outros programas ou atividades do interesse da política municipal de turismo” (CARATINGA, 2005).

Segundo o gestor público entrevistado, o FUMTUR já aprovou projetos, tais como a reforma do “Menino Maluquinho” e o Festival de Inverno do município.

O município também dispõe de legislação de incentivo ao turismo – Lei nº 2755 de 2003 –, que pode auxiliar no desenvolvimento da atividade no nível municipal.

Ainda de acordo com o entrevistado, o município possui dotação orçamentária para o desenvolvimento da política de turismo, embora seja insuficiente para a realização das ações para o fomento do setor e incipiente pelos processos de definição orçamentária municipal.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O município de Caratinga participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, integra a política estadual dos Circuitos Turísticos – CTs, principal instrumento de gestão estadual, por meio do qual os municípios se inserem na regionalização do turismo.

Caratinga está inserida no Circuito Turístico Rota do Muriqui, localizado no leste do estado de Minas Gerais, sendo “composto por 6 municípios da região – Caratinga, Ipanema, Santa Rita de Minas, Córrego Novo, Piedade de Caratinga, Ubaporanga – e recebe visitantes de diversos cantos do mundo interessados em conhecer os altos índices de biodiversidade encontrados na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Feliciano Miguel Abdala” (CT ROTA DO MURIQUI, 2016).

O município também participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo, e receberá em 2017, ano de referência 2015, o montante de R\$ 1.536,91¹¹. Esta política visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasses mensais de recursos financeiros, condicionados à formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

O município de Caratinga já possuía um Inventário de Oferta Turística à época do levantamento de dados realizado pela empresa Expressão Socioambiental, no período de

11 Publicação dos índices provisórios de Investimento em Turismo dos Municípios (IIT) e de participação para fins de distribuição da parcela de ICMS pelo critério Turismo em 2017, ano-referência 2015, nos termos do Artigo 9º, § 5º, da Lei Estadual n.º 18.030, de 12 de janeiro de 2009 (Caderno de Imprensa Oficial – Diário do Executivo, p. 122 – sábado, 12 de Novembro de 2016, Governo Estadual de Minas Gerais).

novembro e dezembro de 2016. Todavia, nessa ocasião fez-se necessário validar e atualizar as informações disponíveis.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são caracterizados nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Tomando por base essa definição, foram inventariados doze meios de hospedagem em Caratinga. Somada a infraestrutura de todos os meios de hospedagem, o município conta com 370 unidades habitacionais, totalizando 746 leitos. São eles:

- Hotel Solar;
- Hotel Avenida;
- Hotel Solar;
- Hotel Avenida;
- Caratinga Hotel;
- Hotel São José;
- Hotel Dom Pedro II;
- Vision Apart Hotel;
- ABC Hotel;
- Quality Leste Hotel;
- Hotel Rota 116;
- Vinsd's Plaza Hotel;
- Hotel Casarão;
- Hotel Zacarias.

Tabela 8 Meios de hospedagem

Solar Hotel



Hotel Avenida



Caratinga Hotel



Hotel São José





Hotel Dom Pedro II



Vision Apart Hotel



ABC Hotel



Quality Leste Hotel



Hotel Rota 116



Vind's Plaza Hotel



Hotel Casarão



Hotel Zacarias



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Em relação aos empreendimentos de Alimentos e Bebidas que prestam serviços remunerados, foram identificados 58 estabelecimentos.

A seguir apresentam-se os estabelecimentos inventariados:



- Resenha Vip Espeteria;
- Restaurante Sabor Divino;
- Bar e Lanchonete Beira Rio;
- Meat House Espeteria;
- The Lumi's Hamburgueria Artesanal;
- Churrascaria Casarão II;
- Paraíso das Vitaminas;
- Aero Shake Milk Shake;
- Padaria Massa Real;
- Água na Boca Grill Bar e Restaurante;
- Regi's Pizzaria;
- Armazém Diesel;
- Restaurante Zacarias;
- Central Lanches;
- Restaurante Takuari;
- Espeto Grill;
- Casa Japa Lounge;
- Tenda do Açáí;
- Beku's Restaurante e Pizzaria;
- Churrascaria e Self-Service Paleta Grill;
- JG Lanches;
- Espaço Café Cafeteria;
- Irmão. Bagueteria e Lanches;
- Restaurante Vovó Penha Grill.
- Restaurante Recanto de Minas;
- Gula Restaurante;
- Sol e Neve Sorveteria;
- Sorveteria do Amaretto;
- Super Lanches;
- Espeto e Cia;
- Bertucci's Restaurante e Pizzaria;
- Sukão;
- Salgaderia;
- Restaurante Taberna Mineira;
- Café com Mimo;



- Spetto e Picanha;
- Sorveteria Frutos de Góias;
- Padaria e Confeitaria Santa Cruz;
- Padaria e Confeitaria Colombo;
- Mr. Fit Fast Food Saudável;
- Hamburgueria Super Dog;
- Restaurante e Pizzaria Sabor Caseiro;
- Sorveteria e Lanchonete Boca Fresca;
- Bar Ponto Joia;
- Summer Açaí;
- Padaria, Confeitaria e Lanchonete Líder;
- Bobs Burguer;
- Restaurante Casa do Japa;
- Fornelli Pizzaria;
- Restaurante Comida Caseira;
- Restaurante Vind's;
- Subway;
- Vitória Bar e Restaurante;
- Restaurante Chuletão;
- Lanchonete Joia;
- Padaria e Confeitaria São João;
- Lanchonete Patropi;
- Bar e Restaurante Hooster.

Tabela 9 Equipamentos de alimentos e bebidas

Resenha Vip Espeteria



Restaurante Sabor Divino



Bar e Lanchonete Beira Rio



Meat House



The Lumi's Hamburgueria Artesanal



Churrascaria Casarão II



Aero Shake



Paraíso das Vitaminas





Padaria Massa Real



Água na Boca Grill Bar e Restaurante



Regi's Pizzaria



Amazém Diesel





Restaurate Zacarias



Central Lanches



Restaurante Takuari



Espeto Grill





Casa do Japa Lounge



Tenda do Açaí



Beku's Pizzeria e Restaurante



Churrascaria e Self-Service Paleta Grill





JG Lanches



Espaço Café Cafeteria



Irmão. Bagueteria e Lanches



Restaurante Vovó Penha Grill





Recanto de Minas



Gula Restaurante



Sol e Neve Sorveteria



Sorveteria Amareto





Super Lanches



Espeto e Cia.



Bertucci's Restaurante



Pizzaria e Sukão





Salgaderia



Restaurante Taberna Mineira



Café com Mimo



Spetto e Picanha



Sorveteria Frutos de Góias



Padaria e Confeitaria Santa Cruz



Padaria e Confeitaria Colombo



Mr. Fit Fast Food Saudável



Hamburgueria Super Dog



Restaurante Pizzaria Sabor Caseiro



Sorveteria e Lanchonete Boca Fresca



Bar Ponto Joia





Summer Açai



Padaria Confeitaria e Lanchonete Líder



Bobs Burger



Casa do Japa





Fotnelli Pizzaria



Restaurante Comida Caseira



Restaurante Vind's



Subway



Vitória Bar e Lanchonete



Restaurante Chuletão



Lanchonete Joia



Padaria e Confeitaria São João



Lanchonete Patropi



Bar e Restaurante Hooster



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

No que diz respeito aos serviços e empresas de transportes turísticos, foram identificados e inventariados quatro pontos de taxis independentes nos seguintes locais:

- Praça D. Pedro II;
- Rodoviária;
- Feirinha;
- Praça Getúlio Vargas.

Tabela 10 Serviços de transporte



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.4 Locais e Templos de Fé/Edificações

O levantamento de dados em campo possibilitou atualizar informações ou inventariar 12 locais e templos de fé, a saber:

- Igreja Internacional da Graça de Deus;



- Igreja Pentecostal Deus é Amor;
- Igreja Evangélica Assembleia de Deus;
- Primeira Igreja Presbiteriana;
- Igreja Nossa Senhora da Conceição;
- Igreja Mundial do Poder de Deus;
- Igreja Cristã Maranata;
- Igreja Universal;
- Grupo Espirita Dias da Cruz;
- Igreja Metodista;
- Catedral de São João Batista;
- Santuário de Adoração Perpétua.

Tabela 11 Locais e templos de fé/edificações

Igreja Internacional da Graça de Deus



Igreja Pentecostal Deus é Amor





Igreja Evangélica Assembleia de Deus



Primeira Igreja Presbiteriana



Igreja Nossa Senhora da Conceição



Igreja Mundial do Poder de Deus





Igreja Maranata



Igreja Universal



Grupo Espirita Dias da Cruz



Igreja Metodista





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, estes locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, que podem ser consideradas atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé presentes em Caratinga.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela União, esses templos são importantes lugares de práticas culturais, pelo viés da diversidade religiosa no município. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imagens, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

3.2.1.2.5 Atrativos Naturais

O município de Caratinga possui dois atrativos turísticos naturais:

- Reserva Particular do Patrimônio Natural Feliciano Miguel Abdala: representa um importante remanescente florestal e se localizada à margem esquerda do rio Manhuaçu, na Bacia do rio Doce, em Minas Gerais. Com área de 957 hectares, a reserva corresponde a 72% da Fazenda Montes Claros, formada por 80% de matas

em bom estado de conservação e 20% de pastos abandonados e florestas em regeneração. O local abriga a máxima concentração do maior primata da América, o macaco muriqui, ou mono-carvoeiro, que se encontra na lista de animais em perigo de extinção. A mata é fechada, possui clima agradável, beleza exuberante, com enorme variedade de espécies de animais e plantas.

A visitação é realizada com guias locais, através de uma trilha parcialmente interpretativa, terminando em seu ponto mais alto com um mirante onde o visitante pode observar toda a extensão da reserva, aproveitando inclusive para momentos de descanso. Na unidade de conservação são desenvolvidos estudos que servem de base para teses de mestrado e doutorado, tanto de pesquisadores nacionais como internacionais.

Em razão do elevado número de plantas endêmicas e da rica fauna de aves e mamíferos ameaçados de extinção viventes na área, a RPPN é considerada uma das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na Mata Atlântica. Dois documentos registram essa classificação: o "Atlas para a Conservação da Biodiversidade em Minas Gerais (SEMAD-MG)" e o estudo "Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica e Campos Sulinos", realizado pelo Ministério do Meio Ambiente. Além disso, a reserva é reconhecida como área de grande interesse para a conservação por duas organizações internacionais, a *Conservation International* e a IUCN-União Internacional para a Conservação da Vida Selvagem.

Atividades realizadas: contemplação da biodiversidade da Mata Atlântica; observação de animais silvestres; atividades de ecoturismo; caminhadas em meio à natureza e trilhas; e acesso ao acervo histórico da reserva em material audiovisual. A visita é guiada e a entrada é paga.

- Pedra Itaúna: um dos cartões-postais de Caratinga, está na proporção mais alta de onde é possível avistar toda a cidade.

Atividades realizadas: caminhada, contemplação da paisagem, vôo livre, entre outras. A visita não é guiada e a entrada é gratuita.



Figura 8 Pedra Itaúna

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as

políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A Figura 9 traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.

Figura 9 – Elementos constitutivos dos sistemas de cultura



Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação para os municípios, 2012

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Caratinga, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão, legislação e fontes de financiamento, mecanismos de controle e participação social, espaços e equipamentos, diversidade cultural, calendário de eventos e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

O município de Caratinga não dispõe de órgão dedicado exclusivamente à gestão pública municipal de cultura. Essa atribuição é uma prerrogativa do Departamento de Cultura, subordinado à Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹², da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de órgão gestor da cultura é indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

O município aderiu ao Sistema Nacional de Cultura – SNC em 01 de março de 2013, através do Processo 01400.029254-2012-10 do Ministério da Cultura. O Sistema Municipal de Cultura de Caratinga – SMCC foi instituído através da Lei nº 3.487/2014, que cria ou reestrutura os seguintes elementos componentes: Conselho Municipal de Políticas Culturais; Conferência Municipal de Cultura; Fóruns setoriais; Fundo Municipal de Incentivo Cultural; e Sistema de Informações e Indicadores Culturais. A supracitada Lei estabeleceu que o SMCC “visa proporcionar efetivas condições para o exercício da cidadania cultural a todos os caratinguenses, estabelece novos mecanismos de gestão pública das políticas culturais e cria instâncias de efetiva participação de todos os segmentos sociais atuantes no meio cultural”.

Embora tenha sido um dos municípios pioneiros no processo de adesão ao SNC, à época da realização dos levantamentos de dados em campo, o município ainda não tinha elaborado o Plano Municipal de Cultura, instrumento de planejamento fundamental para a gestão da política cultural local.

De acordo com os dados lançados pelo município na Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, Módulo Cultura¹³, IBGE, 2014, Caratinga utiliza sistemas

12 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

13 A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de

informatizados para gerenciar a política de cultura, incluindo ações de cadastramento de projetos culturais e acompanhamento de sua execução, cadastro de agentes e objetos culturais, planejamento orçamentário da política de cultura, gestão de equipamentos culturais e gestão do patrimônio cultural.

Na MUNIC foi informado, ainda, que o município possui legislação específica que concede meia-entrada ou entrada franca em atividades culturais para pessoas com deficiência e pessoas idosas.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

No que se refere à participação da sociedade civil na política cultural, vê-se que Caratinga conta com Conselho Municipal de Políticas Culturais, instituído pela Lei nº 3.100/2009. Integrante do Sistema Municipal de Cultura, o referido órgão possui caráter normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador, tendo como função institucionalizar e organizar a relação entre a administração municipal e a sociedade civil. O Conselho Municipal de Políticas Culturais é paritário e encontra-se ativo. A supracitada Lei também instituiu, em seu Art. 3º, a Conferência Municipal de Cultura, “enquanto instância máxima do Conselho Municipal de Cultura, que terá por função deliberar sobre todas as políticas culturais do Município e sobre todas as atribuições do Conselho”.

O município já realizou duas Conferências Municipais de Cultura, além de ter participado das conferências estadual e nacional de cultura.

O município também conta com Conselho Municipal de Patrimônio, criado pela Lei nº 3.039 em 2008. Tal Conselho encontra-se ativo, sendo paritário e deliberativo.

existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Em 2009 foram aprovadas as legislações que criaram o Conselho Municipal de Cultura, a Lei Municipal de Incentivo à Cultura e o Fundo Municipal de Cultura. A instituição do referido Fundo aponta para a sistematização do financiamento da política cultural e a superação das destinações pontuais de recursos.

O Fundo Municipal de Incentivo à Cultura é um “instrumento de financiamento das políticas públicas municipais de cultura nas áreas de Arte e Patrimônio Cultural, de natureza contábil especial, mediante Editais específicos, que designa a forma de apoio”. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – COMIC é responsável pela seleção e avaliação dos projetos culturais.

Também foi informado, na MUNIC, que a gestão municipal utiliza mecanismos como bolsas, convênios e outras formas de subvenção para fomentar iniciativas da sociedade na área da cultura.

O município possui, ainda, lei municipal de incentivo fiscal para realização de projetos culturais, a Lei nº 3105/2009, com isenção fiscal de parte do ISSQN para os incentivadores de projetos culturais.

Na área do patrimônio, foi instituído o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural – FUMPAC, através da Lei nº 3.088/2008.

A Tabela 12 apresenta os valores do orçamento municipal destinados ao desenvolvimento da política cultural local, relativos aos anos de 2014 e 2015, conforme registrados no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁴. Em consulta aos dados disponibilizados em tal fonte, é possível notar que houve redução no orçamento municipal de um exercício para outro, situação esta que também foi verificada nos valores previstos e executados na cultura.

¹⁴ Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.

A função cultura foi responsável por 0,4% das despesas liquidadas em 2014 e por 0,35% em 2015.

Conforme exposto na Tabela 12, a seguir, os principais gastos na cultura variam entre os dois anos analisados, não apenas em termos absolutos, mas também na participação nas despesas totais da pasta.

Assim, em 2014 os dois principais itens foram Manutenção das Festividades Tradicionais e Populares – com 43% do valor executado pela cultura – e Manutenção do Fundo do Patrimônio Cultural – com 37% do total. Já em 2015, a Manutenção do FUMPAC correspondeu a 38% dos recursos e o segundo item de despesa foi a Manutenção do Departamento de Cultura, com 23% dos gastos executados.

No período analisado, o valor destinado ao Fundo Municipal de Cultura foi ampliado, passando de R\$ 21 mil para R\$ 50 mil.

Tabela 12 Orçamento municipal: despesas realizadas segundo a função Cultura – Caratinga (2014 e 2015)

Item / Função	2014	2015
Valor Atualizado Prefeitura	159.120.025,55	167.922.817,51
Valor executado Prefeitura	132.289.064,57	136.796.099,16
Valor Atualizado Cultura	1.396.352,61	812.839,45
Valor Executado Cultura	564.806,60	479.420,29
Manutenção do Salão Nacional do Humor	0,00	0,00
Manutenção das Festividades Tradicionais e Populares	243.595,00	34.392,00
Manutenção do Departamento de Cultura	1.740,00	111.574,96
Manutenção do Convênio com a Banda de Música Santa Cecília	66.000,00	72.002,00
Incentivo ao Fórum Permanente de Cultura e Festival de Música	0,00	0,00

Manutenção de Convênio Instituto Helio Amaral	12.000,00	12.600,00
Manutenção da Casa do Ziraldo	493,30	357,00
Implantação e Manutenção do Centro de Referência da Cultura Negra	0,00	0,00
Manutenção do Fundo Municipal de Cultura	21.000,00	50.603,00
Manutenção de Convênio Coral São João Batista	10.000,00	12.600,00
Manutenção do Fumpac	209.978,30	185.291,33
Manutenção do Fundo Municipal de Igualdade Racial	0,00	0,00
Manutenção do Convênio Grupo São Sebastião da Cultura Afro Brasileira	0,00	0,00

FONTE: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016

OBS: apenas valores liquidados. Há outros valores empenhados, que não foram aqui considerados.

O município tem participado da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁵, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada à cada localidade.

Conforme pode ser verificado na Tabela 13, Caratinga apresentou queda significativa em sua pontuação entre os exercícios de 2013 e 2015, passando de 7,67 para 2,5. Para o exercício 2017, o município recuperou e ampliou sua posição, chegando a 12,25 pontos, significativamente acima da média dos municípios mineiros, que para este exercício é de

15 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao IEPHA/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao IEPHA documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

7,83. Por outro lado, esta foi expressivamente abaixo da maior pontuação do estado, atribuída a Mariana: 58,50.

Tabela 13 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Caratinga (2013-2017)

Município	Exercício 2017	Exercício 2015	Exercício 2013
Caratinga	12,25	2,50	7,67

Fonte: IEPHA, 2016

Os valores repassados para Caratinga, segundo o critério Patrimônio Cultural, vêm registrando elevação constante nos últimos anos, o que é resultado dos investimentos na política de proteção local. Em 2016, até o mês de novembro, o município havia recebido mais de R\$ 175 mil por este quesito, valores estes que devem ser ampliados para o próximo exercício.

Tabela 14 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Caratinga (2014-2016)

Município	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016*
Caratinga	970,86	50.309,66	175.320,63

Fonte: FJP, 2016

* Os valores do ICMS de 2016 não contêm o referente ao mês de dezembro.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura. Sendo assim, destacam-se os seguintes equipamentos de cultura e suas respectivas instituições gestoras em Caratinga:

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e Demais Espaços Expositivos

Caratinga conta com quatro locais destinados a exposições:

- Instituto Hélio Amaral: residência centenária, o Instituto conta com um Museu Regional de peças antigas da família Amaral. Ademais, o Instituto possui biblioteca composta por cerca de 3 mil volumes de diversas áreas do conhecimento científico e bistrô.
- Fundação Cultural Casarão das Artes: edificação do final do século XIX, tombado por legislação municipal – Decreto nº 029/2006, recebe exposições de arte e artesanato, lançamentos de livros, palestras, seminários, apresentações teatrais, musicais e saraus literários. Reformado e restaurado, possui biblioteca, galeria de arte e auditório. É equipado com dois pianos, sendo um de calda. Seu principal atrativo é a sala do acervo de livros da biblioteca pessoal de Millôr Fernandes, de mesmo nome. O Centro Cultural também conta com todas as obras do jornalista e poeta, o caratinguense Maxs Portes. Figuras ilustres como Ziraldo e Flávio Anselmo foram homenageadas pelo Casarão, ganhando espaços dentro do ambiente cultural com seus nomes.
- Casa Ziraldo de Cultura: mantém o acervo da vida e obra do famoso cartunista e artista gráfico, contando com espaço aberto para exposições de artes plásticas e com a gibiteca Turma do Pererê. Realiza o evento Festival Internacional de Humor de Caratinga.
- Parque de Exposições João da Costa Mafra: situado às margens da BR-116, próximo ao Bairro das Graças, com área de 14 hectares. É o equipamento para realização de congressos, convenções, exposições, feiras e shows de grande porte. Entretanto, como ilustrado nas imagens abaixo, aparenta estar abandonado e encontra-se em tal grau de degradação, que uma placa sinaliza ser “proibida a entrada de pessoas não autorizadas”.

Tabela 15 Museus, galerias e demais espaços expositivos

Parque de Exposições João da Costa Mafra	Parque de Exposições João da Costa Mafra
	

Casa Ziraldo de Cultura





Casa Ziraldo
de Cultura
Caratinga- MG



Fonte: <http://casaziraldodecultura.blogspot.com.br/>



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

No segmento de documentação e biblioteca, registra-se que Caratinga possui duas bibliotecas e um centro de documentação.

- Biblioteca Pública Frei Carlos de São José (Registro: 202. Biblioteca n° 15.974): criada em 1973, teve três endereços até, em 2011, instalar-se no atual endereço. Possui ampla área (220 m²), encontrando-se em bom estado de conservação. O espaço possui 2.513 leitores registrados e acervo de 25 a 30 mil livros.
- Biblioteca Professor Miguel Abdalla (Registro CRB 06-176): foi, originalmente, a biblioteca do Colégio Caratinga e, posteriormente, com seu acervo e instalações ampliados, passou a ser a biblioteca das Faculdades Integradas de Caratinga - FIC, quando recebeu o atual nome. Funciona no andar térreo da FIC. Informatizada, seu acervo é de 18 mil obras, fitas de vídeo, cd-room, mapas, diários e periódicos técnico-científicos.
- Centro de Documentação e Estudos Históricos Padre Othon Fernandes Loures: inaugurado em 2003, a antiga Casa de Maria é aberta à visitação de exposições de artigos históricos, bens tombados, artefatos indígenas de diversas tribos do país, fotos antigas e recentes de Caratinga, máquinas de escrever e notas antigas de dinheiro. Em suas instalações, foi mantido um pequeno oratório com altar, aberto a orações.

Tabela 16 Arquivo público/documentação/biblioteca



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.2.3 Atrativos Culturais

- Palácio Episcopal: tombado por legislação municipal, é local de visitação e contemplação. Foi um casarão, reformado com cisterna e mobiliado para receber a Cúria e a residência episcopal. Ali também funcionam a Mitra Diocesana e a Livraria Dom Carloto. A parte externa do prédio é aberta à visitação: pátio e escadaria frontais. A fachada principal é protegida por legislação municipal desde 2002.

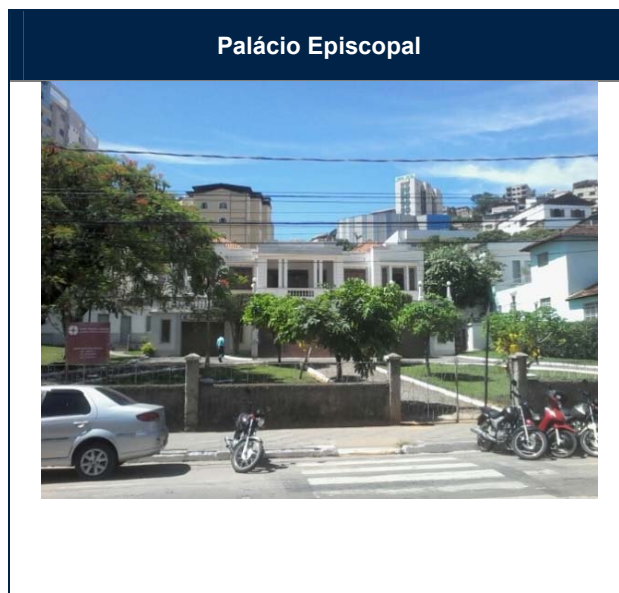


Figura 10 Palácio Episcopal

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As informações disponíveis para Caratinga na MUNIC 2014 registram a presença de atividades e grupos culturais em várias áreas, conformando significativa diversidade cultural. As principais áreas mencionadas na pesquisa foram: teatro, manifestações populares, audiovisual / cineclubismo, dança, música, literatura e capoeira.

O município possui a Academia Caratinguense de Letras, criada em 18 de novembro de 1983, que reúne seus ilustres nomes na área da cultura, em especial das letras.

Já na pesquisa de campo realizada pela empresa Expressão Socioambiental em 2016, foi possível identificar outras manifestações relevantes, tendo sido realçado que as principais expressões culturais do município se concentram nas áreas da música, inclusive com o resgate do tradicional Festival de Música Popular, e da gastronomia, além das festas tradicionais.

Na gastronomia foi destacada a produção caseira do Biscoito de Polvilho São João de Jacutinga e, no artesanato, o bordado, a pintura e o mosaico de madeira. A Associação de Convivência Sabedoria e Experiência reúne diversos artesãos da região, disponibilizando espaço para confecção, exposição e venda dos produtos artesanais. As peças são vendidas em feiras, exposições ou lojas de artesanato¹⁶.

Na música, os destaques são os seguintes:

- Corporação Musical Santa Cecília, atualmente com 40 integrantes;
- Coral São João Batista, da associação de mesmo nome, fundado em 1945 pela educadora dona Isabel Vieira, com a finalidade de difundir a música sacra, clássica e popular.



Figura 11 Corporação Musical Santa Cecília

Fonte: <http://www.programabandasdeminas.com.br/bandas/50>

¹⁶ <http://euamoessacidade.com.br/caratinga/>



Figura 12 Coral São João Batista

Fonte: <http://www.diariodecaratinga.com.br/wp-content/uploads/2015/06/trajet%C3%B3ria...jpg>

Também foram mencionadas as atividades da capoeira, com mais de um grupo atuando na cidade, e da Folia de Reis São João de Jacutinga, outra manifestação popular tradicional na localidade, expressão da religiosidade e do patrimônio imaterial de Caratinga.



Figura 13 Grupo Abadá Capoeira Caratinga

Fonte: Expressão Socioambiental. 2016.

Tabela 17 Folia de Reis em Caratinga e cartaz de divulgação da Folia de Reis São João de Jacutinga

Festa de Reis em Caratinga	Cartaz de divulgação da Folia de Reis São João de Jacutinga
	<p style="text-align: center;"><i>Folia de Reis</i></p> <p>Festejo de origem portuguesa ligado às comemorações do culto católico do Natal, trazido para o Brasil ainda nos primórdios da formação da identidade cultural brasileira, e que ainda hoje mantém-se vivo nas manifestações folclóricas de muitas regiões do país. Tradicionalmente se apresenta nos dias 2 a 6 de janeiro. O grupo é composto por músicos que tocam tambor, reco-reco, flauta e acordeon, canções religiosas. Em Caratinga, a Folia de Reis de São João de Jacutinga foi fundada em 1958. Organizam-se sob a liderança do mestre Miguel e o diretor José Bervindo e seguem com reverências, cumprindo rituais tradicionais de inquestionável beleza e riqueza cultural.</p>  

Fonte: <http://www.diocesecaratinga.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Festa-de-Reis-Caratinga21.jpg>

Na interseção da religiosidade com as artes cênicas, identificou-se o Grupo de Teatro Senhor Bom Jesus. Fundado em 2006, realiza a encenação de "Vida, Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo", no Bairro Santa Cruz, durante a Semana Santa.



Figura 15 Grupo Teatral Senhor Bom Jesus

Fonte: <https://www.facebook.com/Grupo-Teatral-Senhor-Bom-Jesus-1663039073961672/>

Como projetos que promovem a arte audiovisual na cidade, foram citados o Cineclubes Bodega, com seis anos de atividade, e o Cineclubes Maria Sena, fundado em 2008.

O Cineclubes Maria Sena é uma entidade jurídica sem fins lucrativos, que desempenha atividades como distribuição, projeção e exibição de filmes e material audiovisual em geral, pesquisa, prospecção e recuperação de qualquer material audiovisual e realização de convênios com entidades culturais para intercâmbio cultural. Exibe obras cinematográficas fora do circuito comercial, organização e curadoria de mostras de cinema, projetos educativos em parceria com a prefeitura, projetos em parceria com a universidade, entre outros. A entidade já teve projeto aprovado em 2012 e 2013 pelo Fundo Estadual de Cultura

para manutenção de suas atividades e, à época do levantamento de dados em campo, acabara de receber o Prêmio Exibe Minas 2016.



Figura 16 Cineclube Budega

Fonte: goo.gl/LcNBuK



Figura 17 Sessão do Dia Internacional da Animação, realizado pelo Cineclube Maria Sena, 2014

Fonte: <https://www.facebook.com/cineclubemariasenacaratinga/photos/a.353091421538866.1073741870.177296942451649/353093318205343/?type=3&theater>

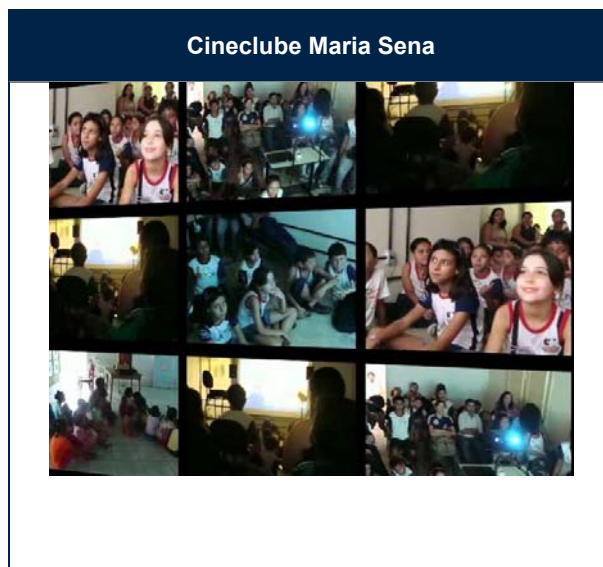


Figura 18 Cineclube Maria Sena

Fonte: <https://pt-br.facebook.com/cineclubemariasenacaratinga>

Na área de formação artística e cultural, destacam-se as iniciativas do projeto Cineclubismo e Educação, aprovado pelo Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais, de autoria do Cineclube Maria Sena, que também realiza ações formativas em escolas públicas da microrregião de Caratinga, principalmente na zona rural. Além das exhibições, o projeto produz pequenos filmes com os alunos.

Também o Centro Cultural Casarão das Artes, em parceria com as escolas de Caratinga e região, realiza o Projeto Visita Guiada, que já levou mais de 500 visitantes ao local.

Outros projetos, realizados pela Prefeitura, são: Hip Hop no Coreto e Magia Árabe, que envolvem a dança; e o Capoeira Itinerante, oferecendo oficinas de capoeira para crianças de comunidades carentes¹⁷.

Destaca-se o Projeto Caratinga em Telas, realizado pela Casa Ziraldo, cujo objetivo é pintar e retratar a cidade, promovendo a valorização do município e seus moradores, além de estimular a criatividade e a inovação.

¹⁷ <http://euamoessacidade.com.br/caratinga/>

Finalmente, é importante mencionar o Projeto Estação Cultural, realizado na Praça da Estação, onde vários grupos se apresentam: dança, capoeira, bandas locais, eentre outros, com acesso gratuito ao público.

Semanalmente, a Feira de Ação Social – FEIRASO, da categoria patrimonial “Feiras e Mercados”, acontece na Praça Cesário Alvim. Além da diversão coletiva, a Feira é um atrativo pelo comércio de artesanato variado, bijuterias, roupas, acessórios, bordados, brinquedos, alimentação e outros. O projeto tem por objetivo apoiar e fomentar a atividade dos artesãos e demais produtores locais, disponibilizando espaço para a exposição de seus produtos com baixa taxa de manutenção. A feira é composta por 15 barracas e gera trabalho, empregos e renda desde 1999.

O “Maió e Mió São João de Minas”, da categoria patrimonial “Festas e Celebrações”, é um evento de grande porte, com venda de comidas típicas, shows musicais e outros atrativos. A produção do evento realiza decoração temática do espaço e oferece suporte médico com ambulância, segurança interna e externa e viatura policial. O evento, que oferece shows de artistas com renome nacional, é estruturado com bilheterias, fogueira de São João, barracas com comidas típicas, bebidas, camarotes, palco, camarins, arquibancadas e sanitários químicos.

Caratinga também realiza o Festival Internacional do Humor, organizado pelo cartunista Edra. Na Edição de 2015, o evento homenageou o caricaturista Ruy Castro.

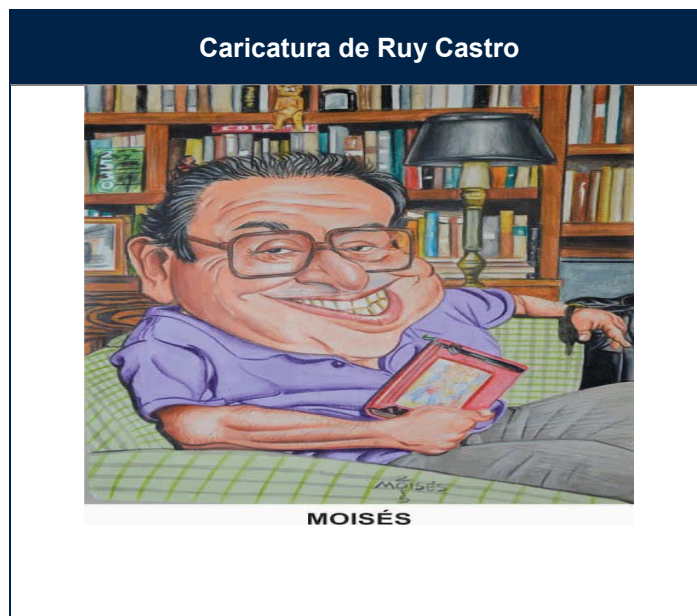


Figura 19 Caricatura de Ruy Castro

Fonte: <http://salaodehumordecaratinga.blogspot.com.br/2015/07/blog-post.html>

3.2.2.4 Calendário Cultural

O calendário cultural do município de Caratinga se compõe dos seguintes eventos ao longo do ano:

- Maio: celebrações da Igreja Católica – “Mês de Maria”;
- Maio: concentração dos trabalhadores – dia 1º;
- Junho: "O maió e Mió São João de Minas”;
- Junho: Jogos Estudantis – dia 14;
- Junho: Concurso “Trem Bão é Buteco” – dia 24;
- Junho: Aniversário da Cidade – dia 24;
- Junho: Caminhada Alcoologica;
- Julho: Festival de Inverno;
- Setembro: desfile de Sete de Setembro;
- Setembro: festa do Senhor Bom Jesus;
- Novembro: festa a fantasia "Thiapo Thia Thiapo”;
- Novembro: Festival Cultural de Caratinga.

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

O IMRS, organizado pela Fundação João Pinheiro, considera a legislação de proteção do patrimônio material e imaterial um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural.

Em Caratinga, a Lei Municipal nº 3.039, instituída em 2008, estabeleceu a proteção ao patrimônio cultural e criou o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de Caratinga – COMPAC.

Em consonância com a Constituição Federal de 1988, essa legislação municipal define, em seu Art. 1º, que:

“Constituem patrimônio cultural do Município de Caratinga/MG os bens de natureza material e imaterial, públicos ou particulares, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da comunidade municipal, entre os quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, tecnológicas e artísticas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico- culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico;
- VI - os lugares onde se concentram e se reproduzem as práticas culturais coletivas.”

O Artigo 2º da mesma Lei estabelece que, “O Município, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o seu patrimônio cultural, por meio de:

- I - inventário;
- II - registro;

III - tombamento;

IV - vigilância;

V - desapropriação;

VI - outras formas de acautelamento e preservação”.

Informa-se que o regimento interno do COMPAC foi aprovado em 2009 e a legislação foi encaminhada ao IEPHA como parte da documentação necessária para participação no ICMS Patrimônio Cultural nos exercícios de 2009 e 2010. Assim, em 2013, o município de Caratinga, tal como 85,8% dos municípios de Minas, dispunha de lei de proteção do patrimônio cultural (FPJ, 2013).

A seguir, apresentam-se os bens culturais protegidos em Caratinga.

3.2.2.5.1 Bens Protegidos

Bens imóveis tombados em Caratinga:

- Coreto Ronaldo Oliveira da Silva Araújo: tombado pelo Decreto Municipal nº 037/2002, o projeto é de autoria de Oscar Niemeyer, com linhas modernas, simples e de fácil leitura. É totalmente geometrizado e simétrico de forma hexagonal, com aberturas amplas, sem interrupção do eixo ou da perspectiva de todo o conjunto da praça;
- Catedral de São João Batista: primeira Igreja do município, tombada pelo Decreto Municipal nº 035/2002;
- Fundação Cultural Casarão das Artes: edificação tombada pelo Decreto Municipal nº 058/97;
- Casarão da Rua João Pinheiro nº 154: tombado pelo Decreto Municipal nº 029/2006;
- Estação Ferroviária de Caratinga: edificação tombada pelo Decreto Municipal nº 010/1998;
- Estação Ferroviária Dom Lara: localizada do distrito de Dom Lara, é tombada pelo Decreto Municipal nº 018/2004;

- Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Cesário Alvim: tombado pelo Decreto Municipal n°039/2002;
- Fachada do Palácio Episcopal: tombada pelo Decreto Municipal n° 036/2002;
- Fórum Desembargador Faria e Souza: tombado pelo Decreto Municipal n° 208/2014;
- Escola Estadual Princesa Isabel: tombada pelo Decreto Municipal n° 013/1998;
- Pedra Itaúna: tombada pelo Decreto Municipal n° 038/2002 como parte do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Cesário Alvim;
- Vitral das Carmelitas: Localizado no bairro Nossa Senhora da Graça, foi tombado pelo Decreto Municipal n° 207/2014.

Encontram-se inventariados:

- Instituto Hélio Amaral;
- Acervo de Processos Criminais do Fórum Desembargador Faria e Souza (NUDOC);
- Corporação Musical Santa Cecília – categoria patrimonial Formas de Expressão. (Dossiê não aprovado pelo IEPHA);
- Caboclinho – categoria patrimonial Celebrações e Ritos;
- Capoeira – categoria patrimonial Formas de Expressão. Trata-se de manifestação cultural protegida por legislação federal;
- Coral São João Batista – categoria Formas de Expressão;
- Folia de Reis – categoria patrimonial Celebrações e Ritos;
- Grupo de Teatro Senhor Bom Jesus – categoria Formas de Expressão.

Cavernas e sítios arqueológicos complementam o rico patrimônio cultural de Caratinga, com destaque para os seguintes espaços: Sítio do Córrego da Areia Branca; Sítio Fazenda Maçal; e Sítio Baixa de Vigilata, estando este localizado na várzea do Rio Manhuaçu, no distrito de Santo Antônio do Manhuaçu (PMC, 2015).

3.2.2.5.2 Educação Patrimonial

O município desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012, cujo objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade conscientizando os alunos quanto à cidadania, identidade cultural e memória. A metodologia

proposta pelo IEPHA consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural.

Em 2015, o projeto foi desenvolvido na Escola Municipal Bezerra de Menezes, que explorou os bens Lagoa Piau e Casarão das Artes.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte

mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Caratinga, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

Em Caratinga, a gestão da política de esporte e lazer é prerrogativa da Superintendência de Cultura e Esporte, subordinada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Embora a Política Nacional do Esporte assinale que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, o representante municipal entrevistado não informou sobre a existência de Plano Municipal de Esporte e Lazer.

Contudo, ressalta-se que, conforme a Primeira Revisão Decenal do Plano Diretor (Arts. 74 a 79 e 117 a 120 – Lei nº 3.025/2007) e a Lei Orgânica Municipal de Caratinga (Art. 121), a prefeitura deve considerar o esporte e o lazer como direito fundamental da população. Nesse contexto, verifica-se que ao município, por meio de secretaria responsável, é demandada a

implementação de ações que tenham como objetivo desenvolver ações voltadas para os referidos setores.

Segundo o gestor público entrevistado¹⁸, o município não possui sistema de informações e indicadores para planejar, monitorar e avaliar a gestão da política de esporte e lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se a existência de Conselho Municipal de Esporte em Caratinga. O Conselho foi criado por meio da Lei nº 2.682, de 8 de maio de 2002, que, por sua vez, foi alterada pela Lei nº 3.122, de 23 de junho de 2009. A alteração se refere ao estabelecimento de mudança na composição do Conselho, que, segundo o entrevistado, é deliberativo e de representação paritária.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Com base em entrevista realizada com representante municipal e no sítio eletrônico da prefeitura de Caratinga, verifica-se que o município possui Fundo Municipal de Esportes e Lazer – FUMEL, instituído pela Lei nº 3.182, de 17 de março de 2010.

De acordo com o Artigo 3º desta Lei, o FUMEL é gerido pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude¹⁹, sob a fiscalização do Conselho Municipal de Esportes e Lazer. Suas fontes de recursos são provenientes de dotação orçamentária própria, contribuição, transferências, subvenções, doações, entre outras.

18 O responsável pelo esporte foi exonerado, e não foi encontrado. O entrevistado pertence a outro setor da prefeitura, secretaria de meio ambiente, e foi indicado pelo gabinete do prefeito para colaborar com a pesquisa na prefeitura.

19 De acordo com a Lei Municipal nº 3.570 de 16 de Dezembro de 2015, a Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude e as Seções a ela subordinada foram extintas, transformando-se então, em Superintendente de Cultura e Esporte subordinada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Ainda de acordo com as fontes citadas, o município dispõe das seguintes legislações municipais de incentivo ao esporte e/ou o lazer em Caratinga:

- Lei Municipal nº 3.265, de 29 de setembro de 2011, que instituiu o Programa “Bolsa Atleta” municipal;
- Lei nº 3.103, de 25 de março de 2009, que instituiu o Programa Municipal de Apoio e Promoção do Esporte – PROESPORTE, através de concessão de incentivo fiscal restrita ao ISSQN.

O entrevistado não informou se há dotação orçamentária específica destinada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”²⁰ do IMRS Esporte e Lazer apontou que, em 2013, os gastos orçamentários de Caratinga nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,4% do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 0,2% (FJP, 2013), apresentando aumento de 0,2% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Segundo estudo realizado pela Fundação João Pinheiro, o indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”²¹ do IMRS “Esporte e Lazer” aponta que “Caratinga,

20 O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município (FJP, 2013).

21 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

com um índice de 489 em 2012, situava-se entre os 379 municípios mineiros que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

O Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário – Critério Esportes (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009) –, ano base 2015, informa que o município obteve a pontuação 3.424,5, posicionando-se em 1º lugar no ranking. Em decorrência, o percentual financeiro que será destinado ao município será 2,718% do ICMS total arrecadado (MINAS GERAIS, 2016).

O ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos; a organização da política esportiva dos municípios; e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Para participar do programa, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular de seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base, que é o ano civil imediatamente anterior ao do cálculo da pontuação (MINAS GERAIS, 2016).

O levantamento de dados realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes possibilitou constatar que Caratinga tem participação efetiva nos Jogos Escolares de Minas Gerais, bem como nos Jogos de Minas Gerais, inclusive tendo sediado algumas etapas dessas duas competições nos últimos anos.

Em 2014, a Associação Korion de Desportos teve um projeto aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual – Edital 01/2014. O projeto voltado para a prática de taekwondo em escola, porém, não conseguiu captar o valor total para sua execução.

Já os dados levantados em campo possibilitam informar que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: campeonatos municipais e regionais de futebol, vôlei, tênis e capoeira.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais. (FJP, 2013).





3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui onze espaços ou infraestruturas de esporte e/ou lazer que, de acordo com a validação das informações, constituem-se em pontos de encontro da comunidade, recreação, lazer, festas da cidade, eventos e atividades físicas, escolares, esportivas e culturais.

A seguir apresentam-se os espaços e infraestruturas de esporte e/ou lazer inventariados:

- Scenarium of Sound;
- Esporte Clube Caratinga;
- Praça Cesário Alvim;
- Caratinga Tênis Clube;
- Praça Getúlio Vargas;
- AABB;
- Praça Monsenhor Rocha;
- Praça Padre Colombo;
- Pista de Cooper;
- Praça da Estação.

Tabela 18 Espaços/equipamentos esporte e lazer

AABB	Praça Monsenhor Rocha
	
Praça Padre Colombo	Pista de Cooper
	



Praça da Estação



Scenarium Of Sound



Esporte Clube Caratinga



Praça Cesário Alvim



Caratinga Tênis Clube



Praça Getúlio Vargas



Praça da Estação e sua academia ao ar livre



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Praça Padre Colombo é dotada de canteiros gramados e arborizados, com pavimentação propícia à prática de ciclismo e outras formas de lazer. Nela foi instalada a escultura de “O Menino Maluquinho”, homenagem ao caratinguense Ziraldo. A escultura, com 12 metros de altura, é uma criação do artista plástico João Rosendo Alvim Soares.

A Praça Coronel da Silva Araújo, mais conhecida como Praça da Estação, teve sua área revitalizada em 2015 e conta com o edifício Academia da Saúde, além de equipamentos de academia ao ar livre.

A Praça Cesário Alvim é cartão postal da cidade, sendo um dos lugares públicos mais frequentados. Ela foi definida como o Ponto Zero de Caratinga. No início do século XX, foi redesenhada com o Jardim das Palmeiras e, em 1927, construiu-se o Esporte Clube Caratinga. Na praça também se localiza a Catedral de São João Batista. É comum ter barracas de alimentação e brinquedos infláveis e, aos finais de semana, a praça recebe a Feira de Ação Social – Feiraso, de artesanato e gastronomia. Ao centro, encontra-se o coreto Ronaldo Oliveira da Silva Araújo, projeto de Oscar Niemeyer, tombado por legislação municipal. Teve seu conjunto arquitetônico e urbanístico tombado pelo município em 2002.

Por fim, a Praça Getúlio Vargas foi construída na década de 1930 e reformada em 1968. Além de coqueiros ornamentais e jardins, o espaço ostenta uma estátua de Getúlio Vargas e um relógio. Foi restaurada em 1976 e, em 2004, reestruturada e modernizada.



Figura 20 Praça Cesário Alvim

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

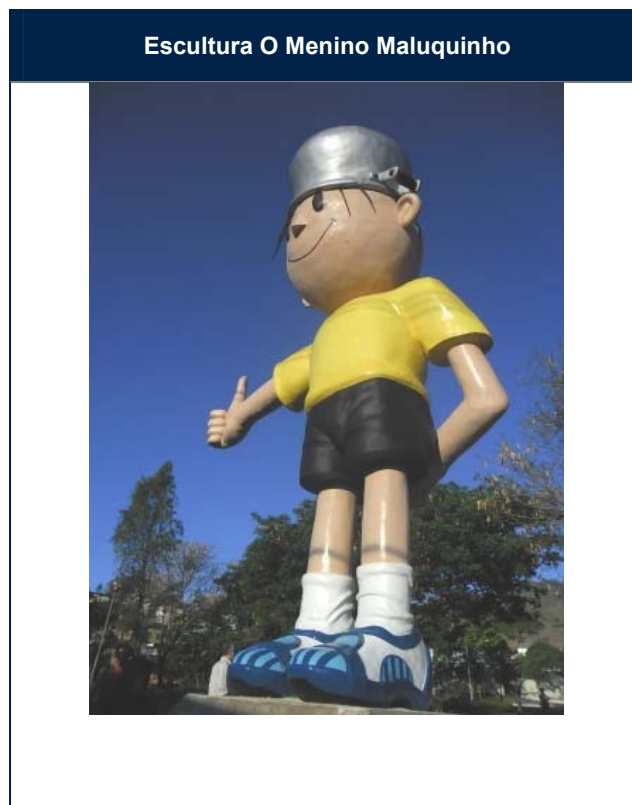


Figura 21 Escultura O Menino Maluquinho

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Tal como apresentado no diagnóstico do município produzido pelos especialistas do setor do turismo, durante o trabalho de campo realizado em Caratinga foi possível identificar e inventariar dois atrativos que possuem elementos naturais e que podem ser utilizados para fins esportivos e/ou de lazer: a Reserva Particular do Patrimônio Natural Feliciano Miguel Abdala e o Monte Itaúna.

3.3 Diagnóstico de Comunidades Rurais Próximas ao Rio Doce

No município de Caratinga foi identificada uma comunidade situada próxima ao rio Doce, trata-se da Ilha do Rio Doce, representada no mapa apresentado na Figura 22, a seguir.



Figura 22 Mapa de localização da comunidade Ilha do Rio Doce

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

3.3.1 Ilha do Rio Doce

Ilha do Rio Doce é uma comunidade pertencente ao município de Caratinga do qual dista cerca de 40 quilômetros. Dessa forma, o município com o qual tem maior relação é Ipatinga, devido a distância, apenas 7 quilômetros, e a infraestrutura da cidade.

A comunidade está a 500 metros do rio Doce o qual é permeado pelas atividades de agricultura, além de ser utilizado como fonte de lazer, para nado e pesca.



Figura 23 Vista aérea da Ilha do Rio Doce com destaque para o rio Doce, em Caratinga



Figura 24 Vista aérea da Ilha do Rio Doce, em Caratinga

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Dessa maneira, práticas como pesca, natação e caiaque são desenvolvidas no rio, fazendo parte do lazer da comunidade. Ademais, pescadores vindos de outras localidades frequentam as festividades da comunidade ao longo do ano.

A comunidade se organiza por meio da Associação de Moradores, a maioria das casas da Ilha do Rio Doce utiliza poços artesianos ou cisternas como fonte de água potável e a principal oferta de emprego para a população é em um chacreamento próximo a comunidade que utiliza as águas do rio para irrigação do plantio. O representante da associação relatou sobre a insuficiência dos equipamentos de lazer e esporte da localidade, a exemplo do time

de futebol, que deixou de existir por falta de apoio de moradores. Com relação as manifestações culturais ocorre esporadicamente na comunidade a Festa de São Sebastião e festas evangélicas.

3.4 Clipping de Notícias

O clipping de notícias foi realizado no principal sítio de busca da internet, o google²², a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao evento e por ordem de relevância²³. As taxonomias utilizadas foram: I) Caratinga OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Caratinga E barragem. O quadro abaixo apresenta a compilação amostral das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

Tabela 19 Clipping de notícias do município de Caratinga

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Estouro de barragens em Mariana	10/11/2015	Diário de Caratinga	https://goo.gl/0dZZOS	Regional	Negativo
Encontro da Bacia do Rio Doce discute tragédia de Mariana e Saneamento Rural	23/10/2016	DeFato online	goo.gl/n4pSv5l	Nacional	Negativo
Fundação renova participa do encontro de integração da Bacia do rio Doce	09/11/2016	Fundação Renova	https://goo.gl/tqvKKz	Nacional	Negativo
Desastre ambiental da mineração é tema do	26/10/2016	Diário do Aço	https://goo.gl/1ZUUt4	Nacional	Negativo

²² goo.gl/46bXSx

²³ O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 19/12/2016.

Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce					
Um ano da tragédia de Mariana	10/11/2016	Diário de Caratinga	https://goo.gl/kqnXuP	Regional	Negativo
#NãoEsqueçaMariana - Um ano do rompimento da barragem de Fundão	26/10/2016	MPMG	https://goo.gl/Mr2CE9	Nacional	Negativo
CBH-DOCE Reúne prefeitos de municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão	19/05/2016	CBH-DOCE	https://goo.gl/lu92Vs	Nacional	Negativo
Caratinga receberá verba da Samarco para investimentos ambientais	25/11/2016	Radio cidade Caratinga	https://goo.gl/cxH2mZ	Regional	Negativo
Dioceses publicam documento sobre desastre ambiental em Mariana	04/01/2016	A12	https://goo.gl/AqwU5M	Nacional	Negativo
Um ano do rompimento da barragem e a atuação dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para recuperação da bacia	04/11/2016	CBH Suaçuí	https://goo.gl/lkyRco	Nacional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Poucos dias após o rompimento da barragem do Fundão, o portal online Diário de Caratinga narrou, em uma de suas postagens, a trajetória da lama. Com isso, esclareceu que, a despeito de comentários propagados sem procedência confiável, o Vale do Aço não sofrera impactos catastróficos diretos em decorrência da tragédia. Afirmou, ainda, que no local da Ponte Metálica, “onde muitas pessoas esperavam desde cedo a chegada do lamaçal”, não observava-se quantidade “assustadora” de resíduos. Por fim, a matéria alertava para a possibilidade de deficiência do serviço de captação de água na região em decorrência da lama.



Figura 25 Ponte metálica sobre o rio Doce, na divisa dos municípios de Santana do Paraíso e Caratinga

Fonte: Diário de Caratinga, 2015

A matéria publicada no site De Fato online também divulgou o 5º Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce realizado em Caratinga (MG). O Evento, conforme descrito na matéria, incitou temas relacionados à tragédia e ao saneamento rural. No site da Fundação Renova também houve divulgação deste encontro, que reuniu representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce), do Ministério Público e da Fundação Renova. Segundo a publicação, o evento tinha por finalidade debater as ações de reparação e compensação dos danos realizadas desde o ocorrido.

A matéria “Desastre ambiental da mineração é tema do Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce”, veiculada no Diário do Aço, e descreve em maiores pormenores o que aconteceu nos dias de realização do referido evento (Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce), as metas e projeções estabelecidas em decorrência do mesmo²⁴.

24 “Na foto, Leonardo Castro Maia, coordenador das Promotorias de Meio Ambiente da Bacia do Rio Doce, Ronevon Huebra, presidente do CBH-Caratinga, e os representantes da Fundação Renova, Allan Suhett e José Almir Jacomelli. | Foto: Ascom CBH-Doce” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2016).



Figura 26 5º Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce realizado em Caratinga (MG)

Fonte: Fundação Renova, 2016²⁵

O site do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), instituição que tem sido bastante atuante na fiscalização e operado como importante grupo de pressão desde o ocorrido, enfatiza ao longo da reportagem que este foi “o maior desastre socioambiental da história do Brasil”.

Ratifica, ainda, as diversas frentes em que o MP tem atuado, junto a outros órgãos, e menciona a instauração do Inquérito Civil, no dia seguinte ao evento, para apurar as causas, desdobramentos e responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão. A postagem elenca os principais municípios atingidos em decorrência do rompimento e, dentre eles, Caratinga aparece listado.

A notícia vinculada no site da CBH-DOCE, que é a página do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, informa sobre encontro realizado no município de Mariana com representantes dos comitês que compõem a Bacia do rio e gestores das 39 cidades atingidas

²⁵ <https://goo.gl/tqvKKz>

pelo rompimento da barragem de Fundão. O evento visava apresentar e debater o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado pela empresa Samarco.

Para além da discussão referente aos programas do TTAC, que visa reparar e mitigar os impactos decorrentes do evento (programas voltados à segurança hídrica e qualidade da água, destinação de resíduos sólidos e melhoria dos sistemas de abastecimento de água), a matéria menciona a organização do Fórum de Municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. Caratinga aparece elencado como um dos municípios pertencentes à área ambiental 2 do TTAC, que estão no escopo deste fórum.

A notícia “Caratinga receberá verba da Samarco para investimentos ambientais”, publicada no site da Rádio Cidade Caratinga, informa sobre recursos da Samarco direcionados a uma série de municípios impactos pelo evento, destacando Caratinga. O portal A12, por sua vez, aborda documento elaborado por dioceses sobre o rompimento da barragem de Fundão, entre as quais encontra-se a diocese de Caratinga. O documento afirma que as mesmas se manifestam “inequivocamente do lado dos atingidos”.

Por fim, o sítio eletrônico do Comitê da Bacia Hidrográfica de Suaçuí descreve a atuação dos comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce ao longo do primeiro ano após o evento. Diversos municípios foram contemplados por planos de ação elaborados por essas arenas, encontrando-se Caratinga entre eles.

De um total de dez notícias que compõem a amostra, sete foram postadas em veículos de abrangência nacional e três em veículos de abrangência regional. Entretanto, não foram identificados veículos de grande repercussão, isto é, veículos pertencentes à grande mídia, fora a existência de notícia publicada no sítio eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais. Ademais, o nome do município aparece no título de somente uma das notícias, sendo esta de abrangência regional.

De modo geral, observa-se que as menções ao município não são específicas ou aprofundadas, figurando em listagens. Por outro lado, em duas notícias são exibidas imagens que remetem diretamente a Caratinga e, diante disso, salienta-se que a mobilização de tal recurso pode reforçar o teor do conteúdo da matéria. Para a notícia que traz o documento elaborado por dioceses sobre o evento, ressalta-se a importância da Igreja

Católica enquanto instituição no país e, desse modo, chama-se a atenção para o potencial impacto causado por este conteúdo. A imagem abaixo se refere à nuvem de termos²⁶ resultante do texto da notícia descrita e analisada.



Figura 27 Nuvem de termos referente ao clipping de Caratinga

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Nela, pode-se observar que alguns dos termos mais presentes são, “rio”, “Doce” “bacia” e “água”. Predominantemente, portanto, tratam-se de termos neutros. Outros termos como “atingidos” e “rejeito”, menos frequentes, endossam o teor negativo do conteúdo de parte das matérias.

26 Ferramenta disponível no sítio goo.gl/IGroPL.

3.5 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Caratinga é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo²⁷, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas²⁸ e a Onda Política²⁹ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs³⁰ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia³¹, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

27 goo.gl/hBGDKp

28 goo.gl/BcEHVc

29 goo.gl/x1VYhC

30 Organização Não Governamental

31 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

Tabela 20 Síntese de citações

Município de Caratinga		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

No quadro acima, é possível observar que o município de Caratinga foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS³² / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP

32 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

em Mariana (MG) – relatório final³³, de dezembro de 2015, as informações sobre o evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil³⁴.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³⁵. No documento, observa-se que a menção a Caratinga se limita a uma listagem³⁶. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento.

33 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

34 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o Evento. Ver: goo.gl/1soM41Copy.

35 goo.gl/Ry1ShsCopy short URL

36 Página 55.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Plano Municipal de Turismo (PMT), o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do turismo no município. Dentro desse contexto, verifica-se que o Sistema de Turismo de Caratinga está consolidado de acordo com as diretrizes nacionais do setor. Tal fator corrobora a afirmação do gestor público entrevistado, que avalia o turismo como muito importante para o município, especialmente frente ao seu potencial fomento à economia local. Nesse sentido, destaca-se que a gestão pública municipal de Caratinga considera importante o diálogo com a sociedade civil, fazendo com que as decisões relacionadas ao setor sejam participativas.

As potencialidades do município apresentadas no diagnóstico no setor de turismo são as Áreas de Proteção Ambiental – APAs, o turismo ecológico, as cachoeiras do Bom Será e a RPPN do Muriqui. Sendo assim, os bens tombados e os atrativos naturais são os principais pontos turísticos do município. Sua oferta de infraestrutura de equipamentos e receptivo (hotéis, restaurantes, bancos) é boa e suficiente, havendo possibilidade de maior utilização de seus atrativos por parte dos visitantes, a depender de poucos ajustes de infraestrutura para isso, como o acesso aos atrativos. Já as principais fragilidades diagnosticadas são o ruim, ou mesmo ausente, acesso aos atrativos turísticos do município, a falta de incentivo por parte dos órgãos governamentais, a incipiente relação entre o poder público e a iniciativa privada, bem como a pouca sensibilização e mobilização da população local para o turismo.

4.2 Cultura

A cultura é considerada pelo gestor público entrevistado como muito importante, entendendo que o setor é essencial à formação cidadã.

O município demonstra esforço de alinhamento com a concepção de estruturação sistêmica da política de cultura no país, em articulação com as instâncias estadual e federal, e tem se

empenhado em conferir à estrutura de gestão local a configuração necessária a tal alinhamento. Participa dos programas e projetos estaduais e federais de fomento à cultura, tanto por parte da iniciativa privada quanto do poder público.

As principais dificuldades apontadas para o desenvolvimento da cultura local, conforme manifestadas pelo gestor entrevistado, são a falta de organização pública e de recursos financeiros. Salienta-se que o município ainda não elaborou seu Plano Municipal de Cultura, iniciativa fundamental para realizar o diagnóstico do desenvolvimento da cultura local; reavaliar as diretrizes e prioridades da ação cultural no município; estabelecer objetivos, estratégias, metas e ações; definir e organizar os recursos; identificar fontes de financiamento e parceria e elaborar mecanismos de avaliação de sua execução. O Plano propicia a organização e o direcionamento da política municipal de cultura, favorecendo sua continuidade, fortalecimento e democratização da cultura para a população.

São potencialidades observadas em Caratinga sua rica infraestrutura cultural e grande diversidade de expressões culturais com destaque para a música, com expoentes musicais individuais e grupos; a dança, a literatura e as manifestações tradicionais, tais como a capoeira e o congado.

4.3 Esporte e Lazer

Caratinga apresenta gestão da política voltada para o esporte e o lazer bem estruturada. Embora esses setores não estejam tutelados em secretaria municipal exclusiva e não exista Plano Municipal de Esportes, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte está amparada pelo Plano Diretor e pela Lei Orgânica. Ambas as legislações determinam o desenvolvimento de atividades pertinentes ao esporte e ao lazer destinadas à população como direito fundamental. Dessa forma, pode-se dizer que ainda que os setores não sejam tratados como prioridade, possuem reconhecida importância legal no programa do governo municipal.

Foi verificada a existência de Fundo Municipal de Esportes e de algumas legislações que apoiam e incentivam a política esportiva e de lazer municipal, além da realização de diversos eventos e a existência do Conselho Municipal de Esportes, que encontra-se ativo. O

Conselho permite a participação do município em programas que proporcionam uma melhoria na arrecadação financeira municipal, tais como o ICMS Solidário – Critério Esportivo, que consente, conseqüentemente, um aumento no investimento em atividades esportivas. Em 2015, a prefeitura de Caratinga ficou em 1º lugar no ranking do referido ICMS Solidário, comprovando a eficiência do setor na realização de programas/projetos esportivos e de lazer.

Outro fator positivo é a existência de dotação orçamentária específica para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. No entanto, não foi possível determinar o percentual do orçamento municipal destinado a esse fim. A participação de Caratinga em alguns programas promovidos pela Secretaria de Estado de Esportes, tais como os Jogos Escolares de Minas Gerais e Jogos de Minas Gerais, inclusive tendo sediado algumas etapas dessas duas competições nos últimos anos, é fator que também deve ser explorado.

O representante municipal compreende que o esporte é importante para o município, pois auxilia na educação e na formação das crianças. Ele relata que modalidades esportivas, tais como futsal, taekwondo, vôlei e futebol de campo são as maiores potencialidades do esporte observadas em Caratinga.

Continuamente, o entrevistado apontou que o lazer é muito importante para o desenvolvimento social e econômico do município, tendo em vista ser necessário que a população tenha momentos de descanso de qualidade para que a saúde e o trabalho não sejam afetados devido ao estresse do dia a dia. Os clubes, as áreas de proteção ambiental e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural são as potencialidades observadas para o desenvolvimento de atividades de lazer em Caratinga.

Em contrapartida, o entrevistado mencionou que o difícil acesso e a situação socioeconômica populacional deficitária impedem que as pessoas desfrutem das áreas de lazer ou comprem produtos para tais atividades. Essas podem, portanto, ser consideradas as principais fragilidades apontadas para o desenvolvimento do lazer local. Segundo suas ponderações, a população é carente de atividades de lazer, principalmente nos distritos.

Ainda de acordo com o entrevistado, as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para a promoção do desenvolvimento local no esporte e lazer são:

- Criação de mais pontos de esporte e lazer, como quadras poliesportivas;
- Manutenção de professores para as academias bem estar.

Além disso, a partir do diagnóstico desenvolvido foi possível observar que a qualificação profissional dos agentes públicos e um trabalho de divulgação e engajamento da população para despertar o interesse pelos programas que a prefeitura desenvolve são medidas necessárias ao fomento às ações dos setores, proporcionando, assim, a elevação da qualidade de vida da população. Outros fatores são a ampliação dos investimentos em programas e projetos de esporte e lazer destinados, principalmente, às comunidades dos distritos.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 21.

Tabela 21 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 22 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/Localização	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											

Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis												
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais												
	Impacto sobre Bens Móveis												
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural												
	Alteração de Costumes Locais												
	Alteração na Agenda Cultural												
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas												
	Alteração do Calendário Esportivo												
	Alteração de atividades de entidades esportivas												
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas												
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte												
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização												
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 28 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.

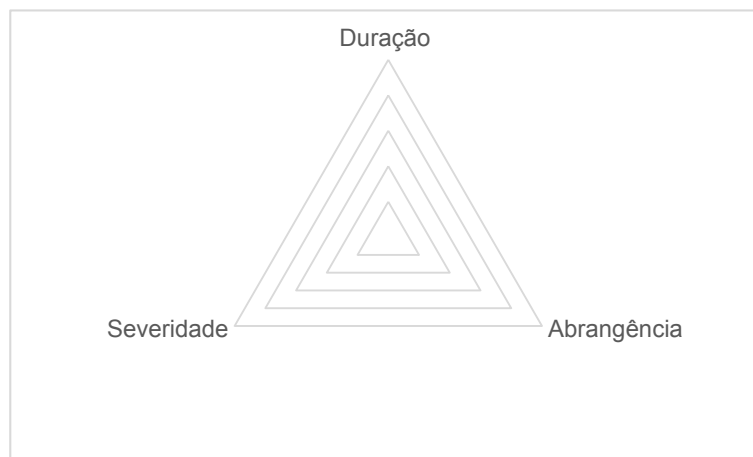


Figura 28 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 29, a seguir:

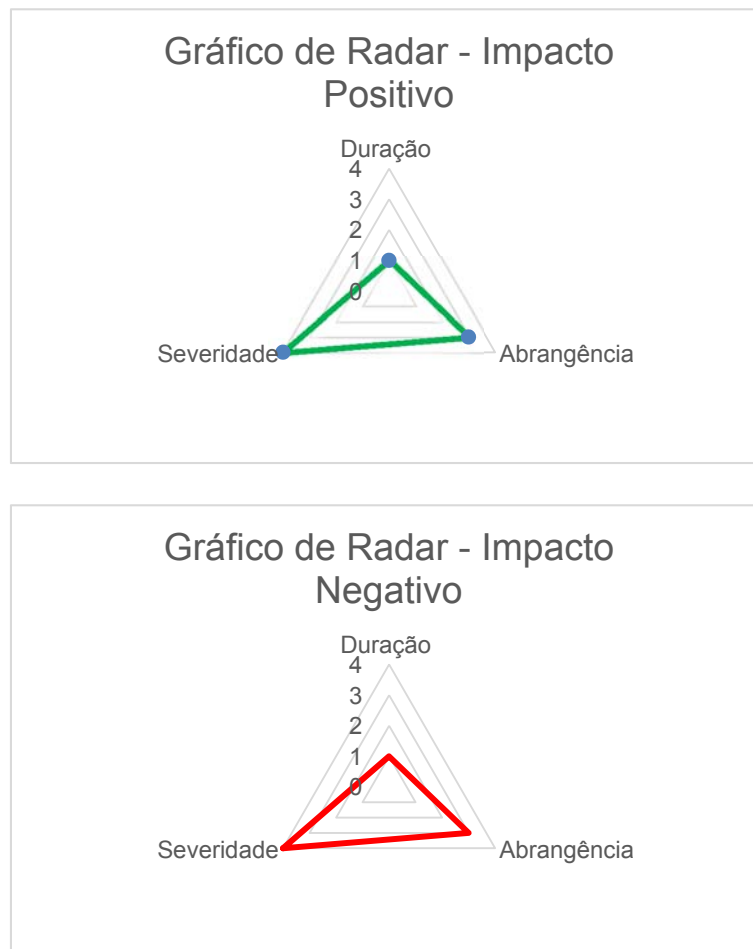


Figura 29 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 30 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

		Níveis de Severidade				
		1	2	3	4	
Níveis de Magnitude	4					<div style="background-color: #008000; width: 20px; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto pouco significativo <div style="background-color: #ffff00; width: 20px; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto significativo <div style="background-color: #f4a460; width: 20px; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto muito significativo <div style="background-color: #ff0000; width: 20px; height: 15px;"></div> Impacto crítico
	3					
	2					
	1					

Figura 30 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.

Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;

- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;

- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;

- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;

- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;

- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultado

A avaliação dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão sobre o município de Caratinga requer considerar a configuração do trajeto do rio Doce no território local. Nesse aspecto, observa-se que a sede municipal de Caratinga dista aproximadamente 35 km (em linha reta) do rio Doce. Todavia, próximo às suas margens encontra-se a comunidade de Ilha do Rio Doce, distante cerca de 40km da sede do município, e que dada a sua proximidade com o curso d'água se mostra mais sensível aos potenciais impactos do despejo da lama na calha do rio Doce e suas margens.

Considerada a configuração socioterritorial da relação do município com o rio Doce, identificaram-se 3 impactos relativos aos temas do turismo, da cultura, e do esporte e lazer em Caratinga.

5.2.1 Impacto sobre a Imagem do Município

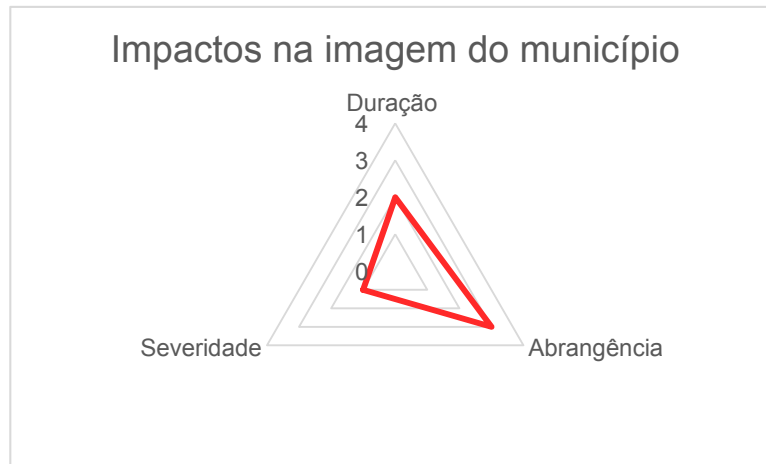
O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão nos níveis regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e a ciência.

Foram identificados graus médios para baixos de expressividade, abrangência e duração sobre a imagem de Caratinga naquilo que se refere ao Evento.

Também a partir da análise da produção acadêmica esse impacto pode ser considerado baixo em termos de duração, severidade e abrangência.

Considera-se que, em seu conjunto, elas geraram um impacto de abrangência municipal (3), de severidade baixa (1). A avaliação para efeitos de duração é que são de média duração (2), uma vez que a relevância destes veículos possa estender sua repercussão no tempo.

Gráfico 2 Impactos na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

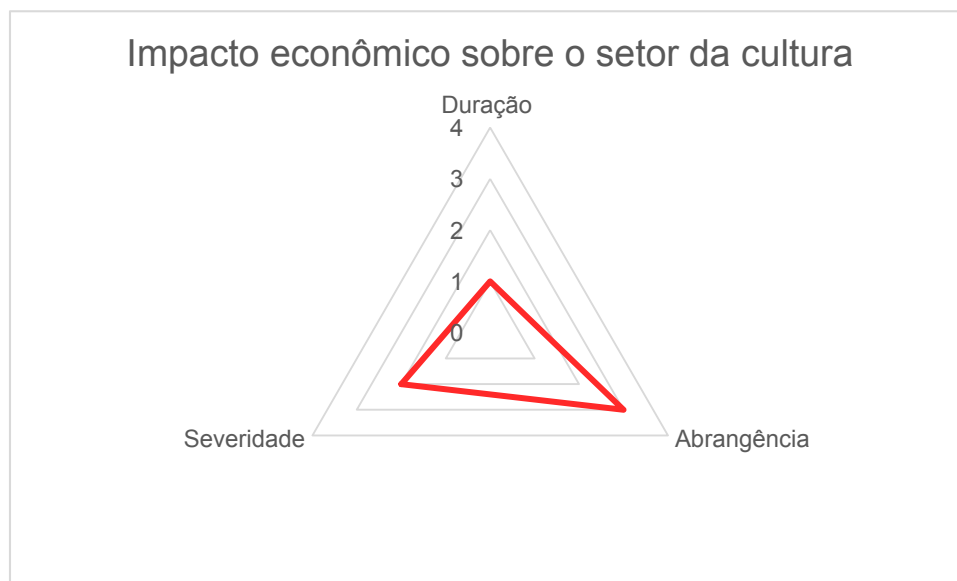
Em função dessas características, este impacto é avaliado como significativo (2).

5.2.2 Impacto Econômico no Setor Cultural

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão ocasionou impactos sobre distintas dimensões da cultura em Caratinga. Segundo o gestor municipal entrevistado, os municípios da região costumam desenvolver ações em parceria no campo da cultura. Todavia, após o Evento, à integração institucional dos municípios para o desenvolvimento de tais ações se interpôs a uma série de dificuldades, sobretudo em função da priorização do investimento de recursos e da mobilização dos esforços com vistas à reparação de infraestruturas e ao atendimento de necessidades emergenciais. Com efeito, o calendário de eventos culturais sofreu alterações, o que, por sua vez, ocasionou queda na arrecadação relativa a produtos e serviços relativos ao campo da cultura na localidade. Além disso, o Evento teria também impactado a captação de recursos de projetos culturais incentivados pelas leis estadual e federal da cultura, devido à redefinição de prioridades das empresas potenciais parceiras. Não houve perda econômica para os artistas, artesãos e grupos culturais

Este impacto negativo é de origem indireta em relação ao Evento. Considerou-se como de curta duração (1), severidade média (2) e abrangência municipal (3).

Gráfico 3 Impacto econômico sobre o setor da cultura



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com estas características, este impacto é definido como significativo (2).

5.2.3 Impacto sobre Comunidade

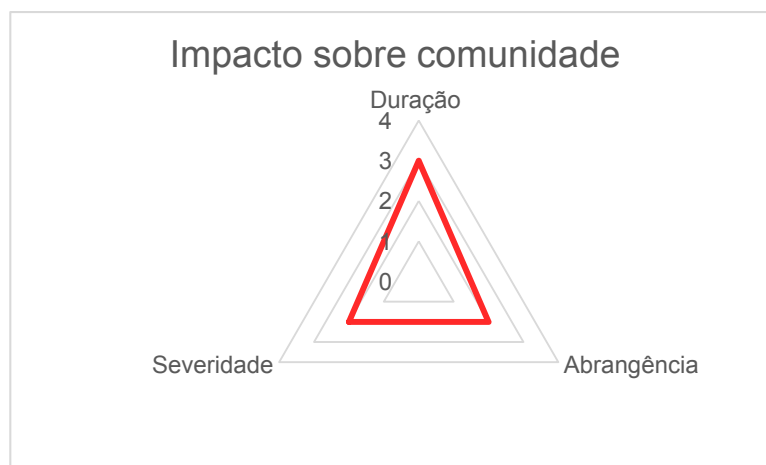
5.2.3.1 Ilha do Rio Doce

A Ilha do Rio Doce está situada às margens do rio Doce. A relação da comunidade com o rio é permeada pelas atividades de agricultura ligadas ao rio Doce. Para além disso, a comunidade mantém o rio como fonte de lazer, para nado e pesca.

Com o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, os moradores ficaram impossibilitados de exercerem as atividades de lazer. Além disso, o impacto na paisagem também afetou as pessoas residentes no local, em função do sentimento de tristeza pelas condições atuais do rio. A comunidade deixou de receber a visita de pescadores de outras localidades, tanto para pescar, quanto para prestigiar as festas realizadas de São Sebastião e evangélicas. Igualmente, cessaram na comunidade, após o Evento, os passeios de caiaque

Este impacto negativo mantém relação direta com o Evento e pode ser considerado como de média duração (3), média severidade (2) e abrangência da comunidade (2).

Gráfico 4 Impacto sobre a comunidade



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com estas características, este impacto é considerado como significativo.

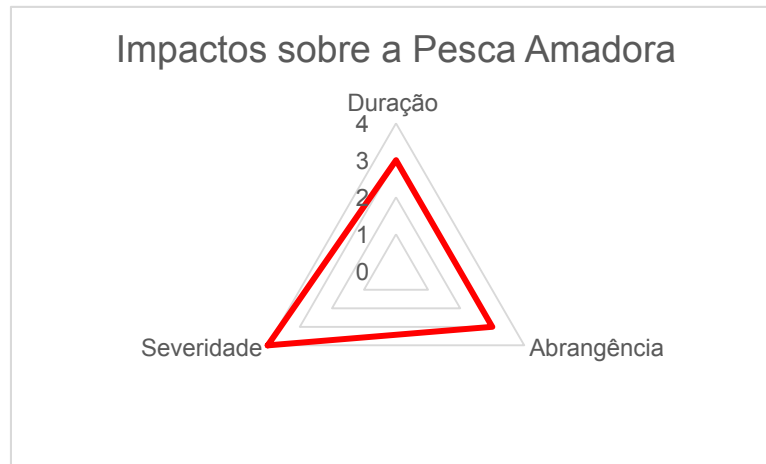
5.2.4 Impactos Sobre a Pesca Amadora

A atividade de pesca amadora e esportiva encontra-se proibida na bacia do rio Doce, para esta época do ano em função do período de Defeso – Portaria IEF 155/2011 e em função do Evento– Portaria IEF nº 78/2016. Segundo um morador da comunidade rural entrevistado, após o rompimento da barragem, a relação da comunidade com o rio mudou na prática da pesca de lazer.

Foi diagnosticado que a atividade de pesca amadora e esportiva era importante para a comunidade, sendo, portanto, esta proibição sentida fortemente pelos pescadores amadores locais.

Com base no que se expôs acima considera-se este impacto como de natureza negativa; indiretamente originado do Evento; e de longa duração (3), uma vez que a estimativa de tempo para a recuperação da área com seus atributos e atrativos é superior a 5 anos. Analisa-se ainda que este impacto é de abrangência municipal (3), considerando que os frequentadores provêm de todo o município. A severidade do impacto foi considerada alta (4), dada a expressiva alteração da paisagem, a impossibilidade de acesso com segurança e autonomia aos atrativos turísticos, para qualquer pessoa após o Evento, além da interrupção do fornecimento de serviços e produtos turísticos.

Gráfico 5 Impacto em atividades de esporte e lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se como crítica (4) a significância deste impacto.

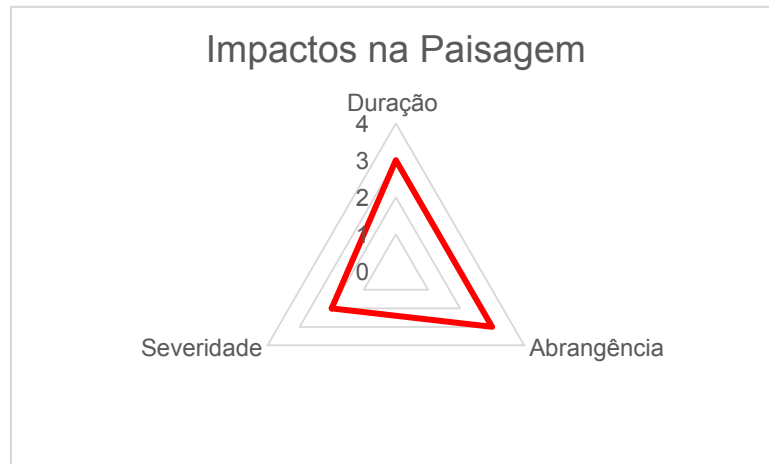
5.2.5 Impacto ambiental e na paisagem

A paisagem do município também sofreu impacto decorrente do Evento. Como o Rio Doce é um dos principais atrativos turísticos do município, a força da lama que escoou e, conseqüentemente, a poluição das águas fez com que a paisagem que margeia o rio se deformasse, perdendo a sua configuração original (natural) e, como efeito, a sua atratividade.

Em Caratinga, a relação da população com o curso d'água era bastante forte, sendo a composição cênica municipal marcada pela presença do curso d'água.

Tem-se, pois, um impacto de natureza negativa, diretamente decorrente do Evento, de abrangência municipal (3) e longa duração (3). Avalia-se ainda como média (2) a severidade do referido impacto, considerando que o Evento afetou o ambiente e a paisagem.

Gráfico 6 Impacto na paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Face à abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como significativo (2).

Tabela 23 Planilha de Identificação dos impactos ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/ Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impacto sobre a imagem do município	Reportagens e trabalhos científicos sobre o Evento	IN	ID	2	3	1	2	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
Impacto econômico no setor cultural	Perda de investimentos em projetos culturais	IN	II	1	3	2	2	Programa de Capacitação, Promoção e Fomento Cultural Ações de Apoio e Fortalecimento Institucional para a Gestão das Políticas Municipais de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	1	1	1
Impacto sobre comunidade	Ilha do Rio Doce	IN	ID	3	2	2	2	Programa de Revitalização de Atividades de	1	1	1

								Esporte e Lazer nos Municípios e Comunidades Afetados			
Impacto na Pesca amadora	Pesca amadora	IN	II	3	3	4	4	Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	2	1
Impacto na Paisagem	Impacto visual	IN	ID	3	3	2	2	Ações de Requalificação Ambiental Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer	1	2	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 24 Listagem de participantes de reunião institucional em Caratinga

Nome	Nome do órgão/setor
Marco Antônio Ferraz Junqueira	Prefeito
Nelson Sena Filho	Secretaria de educação cultura e esporte
Pablo Gonçalves Bragança	Assistente administrativo - Secretaria de educação cultura e esporte
Igor Gama Cabral	Associação do Circuito Turístico Rota do Muriqui

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe técnica

Tabela 25 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental

			Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2016.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

CARATINGA, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DISPONÍVEL EM: [HTTP://CULTURACARATINGA.BLOGSPOT.COM.BR/SEARCH?UPDATED-MIN=2009-01-01T00:00:00-08:00&UPDATED-MAX=2010-01-01T00:00:00-08:00&MAX-RESULTS=2](http://culturacaratinga.blogspot.com.br/search?updated-min=2009-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2010-01-01T00:00:00-08:00&max-results=2). ACESSO EM 20/01/2017.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2016.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IMRS. 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. CARATINGA [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 10/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016. [HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.pdf). VISITADO EM 8/12/16.

FUTURA, MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DE INICIATIVAS, 2016.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARATINGA, EXERCÍCIO 2016.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL CARATINGA IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM 27.12.2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIOS INSTITUCIONAIS, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 28.12.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2016.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 26/12/2016.

MINAS GERAIS, CADERNO DE IMPRENSA OFICIAL – DIÁRIO DO EXECUTIVO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://JORNAL.IOF.MG.GOV.BR/XMLUI/HANDLE/123456789/172994](http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/172994). ACESSO EM: 20/11/2016.

MINC, CADERNOS DE ORIENTAÇÃO PARA OS ESTADOS, 2012. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/DOCUMENTS/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64](http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64). ACESSO: 20/01/2017.

IBGE PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA, 2014.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE CARATINGA, 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://www.esportes.mg.gov.br/) . ACESSO EM: 25/10/2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 23 NOV. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2016.

CARATINGA, SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO:
[HTTP://WWW.CARATINGA.MG.GOV.BR/](http://www.caratinga.mg.gov.br/) ACESSO EM: 10/01/2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.

TUBINO, M, J, G. DIMENSÕES SOCIAIS DO ESPORTE. 2º ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001.

CIDADES DE MINAS GERAIS, CIRCUITO TURÍSTICO ROTA DO MURIQUI, DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.CIDADESDEMINASGERAIS.COM/CIRCUITO-TURISTICO-ROTA-DO-MURIQUI/](http://www.cidadesdeminasgerais.com/circuito-turistico-rotado-muriqui/). ACESSO 12/12/2016.